

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2011

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Brasília, 31 de março de 2011

LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLA

CFC – Clorofluorcarbono

CTF – Cadastro Técnico Federal

DEMC – Departamento de Mudanças Climáticas

DLAA- Departamento Licenciamento e Avaliação

DQAM – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria

GEF – Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente)

HCFC - Hidroclorofluorcabono

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NIP - Plano Nacional de Implementação

OEMA's – Órgãos Estaduais de Meio Ambiente

P2R2 – Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos

PAE's – Plano de Ação às Emergências Ambientais

PNC - Plano Nacional de Eliminação de CFC

PNMC – Plano Nacional sobre Mudança do Clima

POPs - Poluentes Orgânicos Persistentes

RETP – Registro de Emissões e Transferência de Poluentes

SAS – Sistema de Aquecimento Solar de Água

SISLIC – Sistema de Licenciamento Ambiental Federal

SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

SUMÁRIO

DESCRIÇÃO	PÁGINA
1 – Identificação.	06
2 - Responsabilidades Institucionais.	07
2.1 - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.	07
2.2 - Estratégias de Atuação às Responsabilidades Institucionais.	11
2.3 - Programas e Governo sob a Responsabilidade da UJ.	14
2.4 – Desempenho Orçamentário/Financeiro .	59
3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .	Não se Aplica
4.1 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	65
5.1 - Composição de Recursos Humanos.	66
6.1 – Transferências Efetuadas no Exercício .	72
7.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ .	Não se Aplica
8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	Não se Aplica
9.1 – Gestão de bens Imóveis de uso Especial.	Não se Aplica
10.1 – Gestão de Tecnologia da Informação(TI)	Não se Aplica
11.1 – Renúncia Tributárias sob Gestão da UJ	Não se Aplica
12.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício	82
12.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	Não se Aplica
12.3 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.	89
12.4 – Recomendações do Órgão de Controle Interno Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	Não se Aplica
13.1 – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal.	Não se Aplica

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010	
13.2 – Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa	95
20.1 – Contratação de Consultores na Modalidade “Produto”, no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.	97
22.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para demonstrar a Conformidade e o Desempenho da Gestão do Exercício	98
23– Anexos	99

1. IDENTIFICAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente			Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental			
Denominação abreviada: SMCQ			
Código SIORG: 38336	Código LOA: 44101	Código SIAFI: 440031	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta – Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Gestão Ambiental			Código CNAE: 84124/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2028-1230	(061) 2028-1204	(061) 2028-1759
Endereço eletrônico: smcq-I@mma.gov.br			
Página da Internet: http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=137			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bl. "B" - 8º andar - Brasília/DF – CEP: 70.068-900			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Nº. 10.683 de 28 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 29/05/2003.			
Decreto Nº. 6.101 de 26/04/2007, publicado no Diário Oficial da União de 27/04/2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC Decreto nº 7.343 de 28/10/2010 – Regulamentação da Lei nº 12.114/2009 que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
440076	Apoio ao Fortalecimento Sistema de Licenciamento Ambiental		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
440001- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SPOA.		000001 – Tesouro Nacional	

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1.1 – Competência da Unidade

O Decreto nº. 6.101, de 26 de abril de 2007, que aprovou a nova Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente, definiu também a competência da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ e dos seus três Departamentos de: Mudanças Climáticas, Qualidade Ambiental na Indústria e Licenciamento e Avaliação Ambiental, aos quais competem:

I- propor políticas e normas e definir estratégias nos temas relacionados com:

- a) a avaliação ambiental estratégica;
- b) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;
- c) os resíduos danosos à saúde e ao meio ambiente;
- d) a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental;
- e) o monitoramento da qualidade do meio ambiente;
- f) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental; e
- g) o desenvolvimento de matriz energética ambientalmente adequada;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de competência;

IV - formular, propor e implementar políticas de prevenção e atendimento a situação de emergência ambiental;

V- coordenar as ações do Ministério relacionadas às mudanças climáticas;

VI - propor políticas e instrumentos econômicos para regular o mercado de carbono (MDL);

VII -coordenar a participação brasileira nas atividades relacionadas ao Foro Intergovernamental de Segurança Química;

VIII - promover a cooperação técnica e científica com entidades nacionais e internacionais na área de sua competência;

IX - coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na área de sua competência;

X - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo; e

XI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Mudanças Climáticas - DEMC compete:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

I - subsidiar e assessorar as diversas unidades do Ministério e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com as mudanças globais do clima;

II - coordenar reuniões destinadas à formação da posição do Ministério relacionada às mudanças globais do clima;

III- acompanhar e subsidiar tecnicamente a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima;

IV - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com a Assessoria de Assuntos Internacionais, de negociações internacionais e eventos relacionados com as mudanças globais do clima;

V - desenvolver estudos para a proteção do sistema climático global e da camada de ozônio;

VI - desenvolver políticas e estratégias para a mitigação e adaptação às consequências das mudanças climáticas globais;

VII - apoiar a ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas;

VIII - elaborar estudos para a formulação de políticas e definição de instrumentos econômicos para regular o mercado de carbono (MDL);

IX - coordenar e articular, no âmbito do Ministério, a implementação das políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação; e

X - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental – DLAA compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a avaliação ambiental estratégica;

b) a avaliação de impactos e licenciamento ambiental;

c) o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infraestrutura;

d) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental, inclusive para o setor de infraestrutura; e

e) o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

IV - coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil na sua área de atuação;

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

V - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

VI - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria - DQAM compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e normas e a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados com:

a) a redução da poluição ambiental;

b) o controle e o monitoramento de atividades poluidoras;

c) as diferentes formas de poluição, degradação ambiental e riscos ambientais;

d) o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão ambiental para a prevenção da poluição;

e) a redução de riscos ambientais decorrentes de produtos e substâncias perigosas e nocivas;

f) a formulação, a proposição e a implementação de políticas de prevenção, preparação e atendimento a situação de emergência ambiental;

g) a gestão ambiental para a produção mais limpa e ecoeficiente;

h) a promoção da segurança química;

i) a promoção da prevenção e atendimento a situações de emergência ambiental com produtos químicos;

j) a gestão de passivos ambientais e áreas contaminadas;

l) a gestão de resíduos perigosos; e

m) a gestão de produtos e resíduos perigosos, danosos à saúde e ao meio ambiente;

II - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e a recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - desenvolver estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades relativas a produtos tóxicos;

IV - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

V - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

VI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

VII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

2.1.2 – Papel dos Departamentos na Execução das Políticas

2.1.2.1 - Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental - DLAA

O Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental tem a competência de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

subsidiar a formulação de políticas, normas e estratégias para a implementação de ações relacionadas com o a avaliação de impactos ambientais e a avaliação ambiental estratégica; com o licenciamento ambiental; com o acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor de infra-estrutura; o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental; e com o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental. Para tanto, o departamento está assim estruturado: (i) Diretoria de Licenciamento e Avaliação Ambiental; (ii) Gerência de Políticas para o Licenciamento Ambiental; e (iii) Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental.

2.1.2.2 – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria-DQAM

O Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria – DQAM é a unidade da Secretaria responsável pela formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais relacionadas com a qualidade ambiental, resultante da interação das atividades socioeconômicas com o meio ambiente, sejam elas do setor primário, secundário ou terciário da economia, abrangendo os impactos das atividades da indústria, do extrativismo mineral, do comércio, dos transportes e da navegação, com foco na prevenção, na redução, no controle e no monitoramento da poluição, da degradação e dos riscos ambientais e na promoção da segurança química. O DQAM se subdivide em duas gerências, as quais organizam seus temas em coordenações e núcleos. A **Gerência de Segurança Química** agrupa os temas Substâncias Químicas, Controle de Agrotóxicos e Emergências Ambientais. A **Gerência de Resíduos Perigosos** coordena as ações ligadas aos temas Áreas Degradadas e Contaminadas, Resíduos Industriais.

2.1.2.3 – Departamento de Mudanças Climáticas – DEMC

O Departamento de Mudanças Climáticas tem como algumas de suas competências: subsidiar e assessorar as diversas unidades do MMA e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com a mudança do clima; desenvolver estudos para a proteção do sistema climático global e da camada de ozônio e apoiar a ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas. Atua como ponto focal brasileiro para a implementação do Protocolo de Montreal, implementando políticas e normas para a eliminação das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio e o gerenciamento do passivo destas substâncias. Responde também, no contexto ambiental, pelo acompanhamento da Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Estrutura-se em três núcleos, voltados para Mudanças do Clima, Energia e Proteção da Camada de Ozônio.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

No âmbito do licenciamento ambiental federal, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, foram feitas articulações com importantes setores do governo, com vistas à modernização dos procedimentos de licenciamento e à regularização ambiental de infraestruturas nacionais em operação. Especificamente foram elaboradas propostas para os seguimentos: portos, rodovias, hidrovias, linhas de transmissão e petróleo e gás.

Outra importante linha de ação foi o desenvolvimento de um documento de Diretrizes e de um Guia Metodológico para Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, que é um instrumento de grande importância para a melhoria da eficácia do licenciamento ambiental.

Com relação à estratégia de implementação das Convenções Internacionais, destacam-se, quanto à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs, a realização, em março, do Seminário para a discussão do projeto de desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo no Brasil e, em julho, do estabelecimento de cooperação com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz com vistas a apoiar a avaliação da eficácia da Convenção de Estocolmo através de estudos investigatórios da presença de POPs em leite humano no Brasil. Neste mesmo contexto, em 2010 iniciou-se a execução do projeto sobre Gerenciamento de Bifenilas Policloradas - PCB BRA 08/G/32 em parceria com o GEF/ PNUD. Houve a contratação de estudos para levantamento da legislação internacional, federal e estadual existente sobre o tema e elaboração de proposta de harmonização visando garantir: manutenção do inventário, realização de testes laboratoriais para identificação de produtos passíveis de contaminação, rotulagem e diretrizes para a adequada destinação dos resíduos. Além disso contratou-se um especialista para elaboração de estudo sobre gerenciamento do PCB e elaboração da proposta do plano de gerenciamento, incluindo avaliação dos sistemas de disposição de PCBs. Também é importante ressaltar a realização da oficina sobre gerenciamento de PCBs, em novembro de 2010, visando dar continuidade a integração do grupo de trabalho formado por autoridades do setor público, setor privado, pesquisadores, membros de ONGs, promovendo a discussão sobre a proposta de Plano de Ação para a elaboração e implementação do Plano Nacional de PCB.

No que se fere às emergências ambientais decorrentes de produtos perigosos, tem-se investido no mapeamento de áreas de risco de acidentes com tais produtos através de convênios com os estados de Pernambuco, Paraíba, Tocantins e Mato Grosso do Sul, assim como foi realizado, em agosto, o Workshop sobre Planos de Ação de Emergência – PAEs, com o objetivo de apresentar a metodologia de elaboração de PAEs desenvolvida até aquele momento e colher subsídios dos 158 profissionais participantes, provenientes tanto de órgãos públicos, como de empresas especializadas, para a melhoria desta metodologia.

Em continuidade à implementação do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo, que compreende a caracterização das áreas costeiras e marinhas sensíveis a derrames de óleo, foram elaboradas as Cartas de Sensibilidade Ambiental para as bacias do Espírito Santo; Sergipe/Alagoas-Pernambuco/Paraíba; e do sul

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu-Almada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba, Mucuri). Tais Cartas subsidiam a avaliação ambiental estratégica e análise prévia da viabilidade dos empreendimentos de petróleo, o licenciamento, e o planejamento e gestão ambiental de outras atividades desenvolvidas no mar.

No tocante ao Registro de Emissões e Transferência de Poluentes - RETP foram elaborados manuais para gerenciamento para os gestores do RETP e de metodologia, material didático e execução de capacitações para os gestores do RETP; federações e associações das indústrias; órgãos ambientais estaduais; superintendências do IBAMA; universidades e outros entes envolvidos no sistema. O projeto brasileiro do RETP elaborou um plano estratégico para a configuração e implementação do sistema e realizou duas capacitações nacionais dos envolvidos no sistema - órgãos ambientais, indústrias declarantes, organizações não-governamentais, associações, sindicatos, bancos, sociedades científicas, imprensa, universidades e profissionais afins.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 dezembro de 2010, e estabelece que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima será integrado pelos planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e pelos planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas. Estes estão em fase final de elaboração, em um esforço conjunto de diversos Ministérios e setores da sociedade civil. Os planos de ação sobre desmatamento estão em plena atividade nos biomas Amazônia e Cerrado, enquanto o plano para a Caatinga está em fase final de construção. O Decreto ratifica e especifica as metas apresentadas na Política, com destaque para o compromisso de redução, até 2020, de oitenta por cento dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal em relação à média verificada entre os anos de 1996 a 2005.

Entre os avanços alcançados em 2010, destacam-se as estratégias de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD). No âmbito internacional, aprovou-se o regime de REDD durante a 16ª Conferência das Partes (COP-16) da UNFCCC, em dezembro, em cujas negociações o Ministério foi participante ativo. O MMA, representado por este Departamento, também participou de diversas iniciativas internacionais que buscam viabilizar o REDD, tendo inclusive organizado, ao custo total de R\$ 48.371,56 (quarenta e oito mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos), o primeiro encontro da *Interim REDD+ Partnership*, a qual presidirá até julho de 2011, ao lado da França. Em âmbito nacional, o Departamento promoveu uma série de debates em Grupos de Trabalho envolvendo os governos federal e estadual e diversos segmentos da sociedade civil, que culminou em recomendações para uma estratégia nacional para o REDD. Tais recomendações foram incorporadas ao Projeto de Lei que trata da matéria e está tramitando no Congresso Nacional (PL nº 5.586/2009).

Na área de qualidade do ar, foi lançado o 1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas de Veículos Automotores Rodoviários, relevante subsídio para o conhecimento da realidade brasileira em termos de poluentes e, conseqüentemente, importante ferramenta para a elaboração das políticas públicas o Governo Federal e também dos Governos Estaduais, tais como o Proconve e os Programas de Inspeção Veicular. Ademais, implementou-se a Nota Verde, classi-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

ificação dos veículos em função de suas emissões, disponível para os consumidores na internet, e foi elaborada a regulamentação do produto Agente Redutor Líquido Automotivo - ARLA32, que será usado na fase P7 do Proconve. Por fim, foi instalada a Comissão de Acompanhamento do Proconve - CAP, com o intuito de acompanhar todas as medidas dos agentes públicos privados para a perfeita consecução das próximas fases do programa, principalmente em relação às entidades reguladoras e às indústrias automotiva e de combustíveis.

Vale destacar que no ano 2010, o Brasil eliminou o consumo de Clorofluorcarbonos – CFCs, em razão do seu alto poder de destruição da camada de ozônio e também por contribuir para o aquecimento global, os CFCs foram eliminados em todo o mundo.

Para eliminar o consumo residual de CFC e gerenciar o seu passivo, em julho de 2002 foi aprovado pelo Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal o Plano Nacional de Eliminação de CFC – PNC. Este plano contemplou uma série de ações, nas quais destacam-se: os investimentos para conversão tecnológica, assistência técnica, treinamentos de refrigeristas, apoio à mudança na legislação, apoio para o aperfeiçoamento dos sistemas de controle e o combate ao comércio ilícito de Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio – SDOs, criação e fortalecimento do sistema brasileiro de recolhimento, reciclagem e regeneração de SDOs. Soma-se a isso as atividades de divulgação com a elaboração de material técnico e a realização de seminários e palestras com o objetivo de informar e orientar não só os profissionais do setor, mas também a sociedade da necessidade de proteção da Camada de Ozônio.

2.3 – PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

2.3. 1 – Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

RELATORIO DE GESTAO - 2010

Identificação do Programa de Governo						
Código PPA: 1346		Denominação:Qualidade Ambiental				
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substancias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de emissões de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, da identificação de impactos e vulnerabilidades à mudança do clima e a definição de medidas de adaptação						
Objetivos Específicos: Ampliar a contribuição do Brasil na redução de emissões por fontes e remoção por sumidouros de gases do efeito estufa e preparar o país para os efeitos das mudanças climáticas						
Gerente: Branca Bastos Americano			Gerente Executiva: Sêrgia de Souza Oliveira			
Público Alvo: Sociedade						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
15.671.734	15.671.734,00	4.189.405	3.647.437	541.968	3.647.437	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio- CFCs (tonelada)	31/12/2003	4.000,00	100,00	150,00	46,9
Fórmula de Cálculo do Índice						
Consumo CFCs (t PDO) = ((Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada – Quantidade Destruída). Esse Valor é obtido em toneladas PDO ou seja Toneladas de Potencial de Destruição da Camada de Ozônio. Cada CFC possui o seu fator PDO que multiplicado pela quantidade de toneladas métricas permite a obtenção do valor do consumo do país em tonelada PDO.						
Análise do Resultado Alcançado						
Os dados finais do Consumo de Clorofluorcarbono - CFCs e Hidrofluorcarbono - HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no Cadastro Técnico Federal - CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas comercializadas e/ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente.						

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Durante o ano de 2009, o consumo final de CFCs foi de 46,9 toneladas PDO. Para o ano de 2010 espera-se que o consumo de CFCs no Brasil seja de zero tonelada, alcançando a eliminação total, conforme meta assumida pelo Governo brasileiro junto ao Protocolo de Montreal.

Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – HCFCs (tonelada)	30/04/2007	874,40	1.167,70	1.086,20	1.415,5

Fórmula de Cálculo do Índice

Consumo HCFCs (t PDO) = Somatório da ((Quantidade Produzida + Quantidade Importada) – Quantidade Exportada – Quantidade Destruída) x PDO de cada substância.

Para o cálculo desse indicador levou-se em consideração todos os HCFCs (HCFC 22, HCFC 141b, HCFC 142b, HCFC 123, HCFC 124, HCFC 225).

Análise do Resultado Alcançado

Os HCFCs são considerados substâncias intermediárias na substituição dos CFCs. Assim, optou-se pela introdução de indicador relacionado aos HCFCs. Atualmente o Protocolo de Montreal estabelece como meta o congelamento dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010, redução de 10% do consumo em 2015; 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040. Essas substâncias, além do potencial de destruição da camada de ozônio, possuem potencial de aquecimento global. Para o ano de 2009, o consumo final de HCFCs foi de 1415,5 toneladas PDO.

Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
03	Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (unidade)	30/06/2004	440,00	10,00	20,00	58

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de empreendimentos de infra-estrutura operando sem licença de operação.

Análise do Resultado Alcançado

O indicador considera o número de empreendimentos de infra-estrutura (sistemas de transmissão, usinas hidroelétricas, portos marítimos, rodovias federais) que atualmente operam sem licença de operação (LO), e que, conforme a legislação ambiental, devem regularizar sua situação junto aos órgãos de meio ambiente. O Ibama vem tentando regularizar esta situação realizando reuniões de ajuste para definição de soluções para regularidade e aumentando o efetivo de analistas.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Ordem	Indicador (unidade de Medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
04	Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável – PM10 (unidade)	03/11/2006	461,00	250,00	280,00	773

Fórmula de Cálculo do Índice

$$NVPD_{PM10} = NVPD_{RMS+Cubatão} + NVPD_{RMRJ + Baixada Fluminense} + NVPD_{RMPOA} + NVPD_{RMBH} + NVPD_{RMC}$$

Análise do Resultado Alcançado

Embora não se contando com os dados da Região Metropolitana de Porto Alegre, verifica-se que o número de ultrapassagens para o material particulado PM10 retornou aos níveis de 2008. Pelo histórico do índice, pode-se atribuir tal melhoria aos dados fornecidos pelo INEA para as estações de monitoramento localizadas na Baixada Fluminense próximas a pólos industriais, notadamente de Campos Elísios, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento. Todavia, a identificação do fator que determinou a mesma demandaria estudos secundários, vez que poderiam estar contemplados vários fatores como, por exemplo, o incremento de equipamentos de combate a poluição atmosférica ou melhora de sua eficácia, o incremento das ações de fiscalização, a desaceleração econômica das atividades ali presentes ou até mesmo a fenômenos climáticos ligados a dispersão.

Todavia o que realmente chama a atenção é o aumento do número de violações do parâmetro ozônio na RMS+P que responde por , aproximadamente, 42 % do índice total. No geral, o número de violações do padrão ozônio se mostra crescente em todas as regiões metropolitanas monitoradas, muito em parte devido ao aumento da frota automotiva. Entretanto a RMS+P que concentra , aproximadamente, 10 % da população do país e uma frota de 8,5 milhões de veículos, vem ocorrendo sistematicamente ultrapassagens do nível de atenção .

Mais uma vez o ozônio se mostra como sendo a principal preocupação dos gestores públicos que monitoram a qualidade do ar das grandes cidades brasileiras. Trata-se de um poluente secundário, cujos precursores são os óxidos de nitrogênio (NOx) que em contato com a radiação ultravioleta oriunda do sol formam o ozônio troposférico que apresenta potencial de danos ao meio ambiente e a saúde humana.

Os óxidos de nitrogênio tem sua fonte principal na combustão dos motores dos ciclos Otto e Diesel, com destaque para os os veículos pesados, além dos hidrocarbonetos oriundos das emissões veiculares e também industriais, sendo a indústria petroquímica uma importante fonte emissora dessa família de poluentes. Tal fato se verifica claramente nos níveis de ozônio medidos nas regiões metropolitanas que concentram grande número de veículos, bem como nas regiões mais industrializadas

Apesar das recentes ações governamentais no sentido do combate a poluição atmosférica veicular consubstanciadas nos avanços do PROCONVE, cuja fase L6 foi pela Resolução CONAMA Nº 415/2009 e que prevê reduções de até 66% de NOx para veículos leves de passageiros novos com entrada em vigor no ano de 2014, bem como a entrada em vigor em janeiro de 2012 da fase P7 para os veículos pesados novos com a mesma finalidade; verifica-se que medidas mais intensas ainda devem ser tomadas para redução deste poluente. Entre elas está a implementação do Programas de Inspeção e Manutenção Veicular (Programas I/M), cuja consolidação das diversas Resoluções que tratavam da matéria, se deu através da Resolução CONAMA Nº 418, de 25 de novembro de 2009, que irá incrementar as ações de controle e monitoramento da poluição causada por veículos em uso. Sob este aspecto, cabe ao MMA, nos próximos anos, desempenhar

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

um papel estratégico no tocante à consolidação das políticas públicas de controle da poluição veicular, prestando apoio técnico institucional e financeiro aos estados-membros e municípios na elaboração dos Planos de Controle de Poluição Veicular -PCPV. Trata-se de instrumento exigido pela legislação previamente à implantação dos Programas I/M por aqueles membros federados. Também se acha concluído e publicado o primeiro "Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários", que possibilitará a elaboração de diagnósticos mais precisos sobre a poluição por fontes móveis, além de servir de subsídio metodológico para os PCPVs dos Estados..

No tocante à poluição gerada por fontes fixas, a demanda de crescimento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas), requerem medidas ainda mais intensas no sentido do controle da poluição atmosférica

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3. 2 – Execução Física das Ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	122	1346	2272	Atividade	4	-	-	-	-
18	542	1346	2B85	Atividade	4	Projeto apoiado	02	01	02
18	128	1346	2B87	Atividade	4	Técnico capacitado	263	608	263
18	543	1346	2B88	Atividade	4	Plano elaborado	03	01	02
18	542	1346	2D05	Atividade	4	Indicador desenvolvido	01	0	01
18	542	1346	6635	Atividade	4	Carta produzida	03	01	03
18	542	1346	8342	Atividade	4	Instrumento aperfeiçoado	18	09	04
18	542	1346	8496	Atividade	4	Projeto apoiado	02	0	02
18	542	1346	8911	Atividade	4	Plano elaborado	8%	1,1%	6%
18	543	1346	10TT	Projeto	4	Plano Implantado	16%	0	12%
18	542	1346	1C49	Projeto	4	Sistema implantado	9%	0	19%

2.3.2.1. AÇÃO – 8342- Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental

2.3.2.1.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e acompanhar a implementação de instrumentos de gestão e planejamento, legais, técnicos e institucionais de apoio à aplicação do licenciamento ambiental, visando sua eficiência, eficácia e efetividade, a fim de propiciar o controle da implantação das atividades econômicas e dos projetos de infra-estruturas logística, energética, social e urbana, de forma sustentável, em tempo compatível com os planejamentos setoriais e com as políticas de desenvolvimento.
Descrição	Realização de cursos de capacitação; acompanhamento do cronograma do licenciamento dos empreendimentos de infra-estrutura; promoção da integração com órgãos ambientais e outros órgãos setoriais; elaboração e divulgação de normas, procedimentos e estudos; desenvolvimento e implementação de abordagens de instrumentos de planejamento e gestão, desenvolvimento de sistemas de informações relacionadas ao licenciamento ambiental, considerando inclusive o enfoque inerente ao licenciamento ambiental do setor de petróleo e gás.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas / Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental / Gerência de Instrumentos de Avaliação Ambiental e Gerência de Política para o Licenciamento Ambiental
Coordenador Nacional da Ação	Ana Lúcia Lima Barros Dolabella
Unidades Executoras	440031 - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.1.2 - Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.1.2.1- Meta Física

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Instrumento aperfeiçoado	18	9

2.3.2.1.2.2 - Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
4.223.153	2.140.182	2.082.971	1.971.229	1.971.229

2.3.2.1.2.3 - Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências).

Diversas ações foram desenvolvidas visando ao aprimoramento do licenciamento ambiental, seja no âmbito federal ou nacional, com enfoque na harmonização de procedimentos para o licenciamento ambiental; proposição de revisão de resoluções para o Conama; desenvolvimento de estudos estratégicos e aprimoramento do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, entre outros, destacando-se as que se seguem:

- Participação na elaboração e revisão de normas relativas ao licenciamento ambiental federal, junto ao IBAMA e ICMBio;
- Participação na elaboração da Resolução Conama nº 428/2010, que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC);
- Revisão da Resolução Conama nº 344/2004, conforme art. 9º da mesma, que estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras;
- Participação na discussão sobre o PL de regulamentação do art. 23 da Constituição Federal;
- Participação nas discussões sobre a implementação da Resolução Conama 273/2000, que trata do licenciamento de instalações de postos revendedores de combustíveis líquidos;
- Participação nas discussões de institucionalização do Cadastro Socioeconômico, envolvendo o compartilhamento de atribuições entre os setores do governo afetos ao tema; e
- Participação do Comitê Temático de Meio Ambiente do Programa de Modernização da Indústria do Petróleo e Gás Natural – Prominp, visando o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental, bem como a inserção da dimensão ambiental no planejamento do setor.

2.3.2.1.2.4 -Avaliação dos Resultados

As atividades desenvolvidas visaram à melhoria da implementação do licenciamento ambiental, bem como atender às atribuições do Departamento. Os seguintes objetivos foram alcançados: articulação com os órgãos licenciadores integrantes do SISNAMA; proposição de procedimentos para o licenciamento conforme as diferentes tipologias de empreendimentos; integração interinstitucional; difusão de conhecimento, proposição de normas relacionadas ao licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos no âmbito do Conama e avaliação com emissão de pareceres técnicos de projetos de lei que se relacionavam ao licenciamento ambiental.

Todas essas iniciativas tiveram por objetivo melhorar (i) a aplicação do Licenciamento Ambiental; (ii) o atendimento ao usuário; (iii) acesso à informação; (iv) o desempenho técnico dos órgãos ambientais licenciadores; e adequar a legislação ambiental, contemplando os interesses sociais, setoriais e de meio ambiente, visando ao desenvolvimento das atividades econômicas de forma ambientalmente sustentável.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.2 - AÇÃO – 2272 – Gestão e Administração do Programa

2.3.2.2.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção(aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicação para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.2.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
(não há previsão de meta física)	-	-

2.3.2.2.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.536.311	459.278	1.077.033	996.644	763.778

2.3.2.2.2.3 - Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências).

As despesas executadas nesta ação referem-se principalmente as despesas administrativas e de manutenção do programa, como também, execução de atividades que não foram contempladas com ações no PPA por se tratarem da elaboração e desenvolvimento de Políticas Públicas, definição de estratégias, estudos técnicos, entre outros.

Atividades finalísticas desenvolvidas no âmbito da ação – Gestão e Administração do Programa:

As atividades voltadas a formulação de políticas e normas, a definição de estratégias para a implementação de programas e projetos em temas relacionados à ampliação do uso de fontes de energia ambientalmente adequadas, a eficiência energética, ao acompanhamento da gestão ambiental dos empreendimentos do setor energético incluindo hidroelétrico, petrolífero, gás e de biocombustíveis, bem como o acompanhamento das ações do governo brasileiro no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e do Protocolo de Montreal, são desenvolvidas por intermédio do GAP.

Dentre os principais resultados alcançados no período 2010 destacam-se:

1- Energia Renovável:

- a) A criação de dois grupos de trabalho um voltado para energia solar térmica térmica, tendo sido elaborados estudos, os quais foram contratados especialistas, por meio do Projeto PNUD BRA/00/020.

Principais produtos de 2010:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

1. Estudos:

- a) Potencial de geração de energia a partir de resíduos de saneamento (lixo, esgoto), visando incrementar o uso de biogás como fonte alternativa de energia renovável, observando seus aspectos técnicos e viabilidade econômica.

2. Contratação de estudos:

- a) Está em fase de contratação de estudos, em 3 áreas protegidas (PARNA Brasília, Jardim Botânico de Brasília e Reserva da Contagem), com o objetivo de elaborar diagnóstico com enfoque nos aspectos de sustentabilidade das edificações existentes e projetadas com a proposição de soluções de projeto que permitam a adequação ambiental das mesmas, com a inclusão de soluções de eficiência energética, uso racional da água, aproveitamento de água pluvial e manejo adequado de resíduos sólidos.

3. Energia Solar Térmica:

- a) Conforme previsto na portaria MMA nº 238/2009, foi elaborado, pelos membros do GT Solar Térmica, o Plano de Trabalho para ampliar o uso de Sistema de Energia Solar Térmica para Aquecimento de Água - SAS. A implantação do sistema beneficia, principalmente, o segmento de 0 a 3 salários mínimos do Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV. A supracitada portaria prevê, ainda, o acompanhamento da eficácia desses sistemas. Ressalta-se que na primeira fase do PMCMV, foram instalados SAS em cerca de 40 mil unidades habitacionais, atendendo a meta estabelecida pelo Grupo;
- b) Foi publicada a Portaria 535/2010, ampliando a vigência do GT solar térmica, por 4 anos, de forma a poder executar o plano estratégico para disseminação de SAS no Brasil e a monitoração e verificação do sistema, entre outras iniciativas;
- c) Foi prorrogado o Acordo entre o MMA e a Caixa Econômica Federal, visando integrar as experiências das instituições envolvidas e conjugar esforços técnicos e políticos para o desenvolvimento de projetos e estudos sobre novos arranjos institucionais e financeiros para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Entre outras ações o protocolo de intenções prevê o financiamento, para famílias de baixa renda, de sistemas de aquecimento solar, no âmbito do “Programa Minha Casa Minha Vida”; e
- d) Foi celebrado Protocolo de Intenções entre o MMA e a GTZ para promover ações conjuntas em energias renováveis.

4. Energia Eólica:

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

- a) Realização de reuniões técnicas com OEMAS, MME ANEEL para discutir as convergências e divergências dos procedimentos de licenciamento de parques eólicos e àqueles adotados pelo setor elétrico nos leilões de energia;
- b) A partir da reunião ficou evidente a necessidade de continuação do trabalho do grupo que está trabalhando uma norma para orientar o licenciamento de empreendimentos de geração de energia a partir de fonte eólica;
- c) O grupo deve ser formalizado em 2011; e
- d) Foi elaborado um relatório das atividades do grupo informal.

5. Biocombustíveis

- a) Foi priorizado em 2010 as discussões sobre indicadores de sustentabilidade da cadeia produtiva do etanol; e
- b) Participação em diferentes fóruns de discussão sobre o tema biocombustíveis.

6. Participação em Grupos de Trabalho, discussões para formulação de programas interministeriais, participação em Conferências.

- a) A Portaria MMA nº 223, de 15/jun/2010, criou o Grupo de Trabalho da Copa - GT COPA, e a Portaria MMA nº 279, de 23/jul/2010, nomeou os componentes do GT COPA, entre os quais um representante da SMCQ, que atua na área de licenciamento e eficiência energética, principalmente por intermédio do subgrupo 5 - Meio Ambiente e Sustentabilidade. Como resultado preliminar das atividades do GT, foram propostos os seguintes Planos, Programas e Projetos: 1 - Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável; 2 - Planos de Contingência contra Cheias; 3 - Planos de Segurança da Água; 4 - Programa de Aperfeiçoamento do Licenciamento Ambiental; 5 - Programa de Monitoramento do Licenciamento Ambiental; 6 - Programa de Agenda de Uso Sustentável da Água COPA 2014; 7 - Programa de Diretrizes Ambientais; 8 - Projeto Campanhas de Consumo Sustentável; 9 - Projeto Copa Orgânica; 10 - Projeto Resíduos Sólidos; 11 - Projeto Parques da Copa.
- b) Participação no Grupo de Trabalho, coordenado pelo MRE, no âmbito do GBEP para elaboração dos indicadores de sustentabilidade na produção de biocombustíveis. Tema discutido no âmbito do GTP – Biocombustíveis.
- c) A Portaria Interministerial Nº 494, de 17/ 12/ 2010 instituiu o Grupo Estratégico de Acompanhamento de Empreendimentos Energéticos Estruturantes. Seu objetivo é propor estratégias e ações para a implementação dos empreendimentos de geração de energia elétrica e de seus sistemas de transmissão associados, assim como promover a articulação entre os órgãos e entidades governamentais envolvidos na

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

viabilização dos referidos empreendimentos. O Grupo é formado por MMA e MME.

- d) O Grupo deverá analisar aspectos ambientais, socioeconômicos e energéticos de projetos energéticos, com prioridade, neste momento, para os projetos hidrelétricos.

7. Outras ações

- a) Alimentação da Página do MMA no que tange as iniciativas da Coordenação de Energia e Meio Ambiente – CEMA;
- b) Execução do Projeto Market Transformation for Energy Efficiency in Brazil, com o objetivo de influenciar, transformar e desenvolver o mercado para operações de EE em edificações, levando ao consumo de energia com menos intensidade de carbono e mais sustentabilidade., em parceria com o MME, PNUD, GEF, BID;
- c) Participação em missão para conhecimento de projetos de CCS na Noruega e Reino Unido, tendo em vista as propostas que surgiram de utilizar essa tecnologia na compensação das emissões de GEE resultantes da exploração do Pré-Sal;
- d) Formação de grupo interinstitucional informal para tratar do tema, composto por: MMA, MCT, MRE, COPPE/UFRJ, Petrobras, CEPPAC/PUC-RS e ABCM – Associação Brasileira do Carvão Mineral;
- e) Com os resultados da COP 16, em Cancun, de preparação de uma proposta de inclusão do CCS no contexto dos projetos de MDL, há necessidade de continuar as discussões que envolvem a aplicação da tecnologia em larga escala, incluindo custos e confiabilidade, entre outros aspectos;
- f) Com apoio de consultoria externa foi desenvolvido o documento que estabelece Diretrizes para o uso de Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil, o trabalho deverá ser orientar a elaboração de uma portaria estabelecendo seu uso e aplicação;
- g) Foi elaborado também o Guia Metodológico para a AAE que apoiará a implantação das diretrizes e, no, momento está na gráfica para publicação. O trabalho está em fase de publicação.

As principais atividades e resultados para o ano de 2010 em relação aos projetos do Plano Nacional de Eliminação de CFC – PNC, financiados com recursos financeiros do Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal, são:

- a) Eliminação do consumo total de CFCs no Brasil;
- b) Compra de 500 kits de recolhimento (bolsa de recolhimento e ferramentas) para distribuição aos técnicos refrigeristas por meio das Centrais de Regeneração de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

SDOs;

- c) Compra de 500 kits de ferramentas para equipar as máquinas recolhedoras em posse das Centrais de Regeneração, que serão disponibilizadas, via empréstimo, às empresas de manutenção em sistemas de refrigeração e ar condicionado;
- d) Aquisição de 3.000 kits de recolhimento (bolsa de recolhimento e ferramentas) para distribuição aos técnicos refrigeristas por meio das Unidades de Reciclagem;
- e) Realização do 1º Workshop para o Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Recolhimento, Reciclagem e Regeneração de Fluidos Refrigerantes na Feira Nacional de Tecnologias em Climatização, Refrigeração e Tratamento do Ar – Fenafrío/2010, que ocorreu entre os dias 25 e 27 de novembro de 2010, em Fortaleza – Ceará. A feira teve a participação de representantes de associações e sindicatos, empresas de manutenção, refrigeristas, instaladores e projetistas do setor de refrigeração e ar condicionado. O espaço montado no evento contou com palestras do MMA, IBAMA e PNUD;
- f) Criação de 4(quatro)Centros Regionais para Armazenamento de SDOs impuras e/ou contaminadas em conjunto com as Centrais de Regeneração. Desta forma, as Centrais de Regeneração passam a ser também Centrais de Armazenamento. Os equipamentos necessários serão disponibilizados no início de 2011;
- g) Regeneração de aproximadamente 25 toneladas de SDOs pelas Centrais de Regeneração instaladas no âmbito do PNC;
- h) Seleção de 47 empresas nacionais para doação de equipamentos e materiais para a criação das Unidades Descentralizadas de Reciclagem, conforme Portaria MMA nº 462/2009. As empresas selecionadas atuam nos seguintes setores: manutenção de sistemas de ar condicionado e/ou refrigeração; e/ou venda de peças e/ou fluidos refrigerantes;
- i) Contratação de consultoria nacional (pessoa física) para identificação de edifícios públicos para realização de diagnóstico a respeito da existência de Chillers contendo CFCs em edificações públicas federais, com ou sem fins lucrativos, no Distrito Federal. O consultor será responsável por acompanhar todo o diagnóstico, contemplando as seguintes atividades: (i) identificação de edificações públicas federais contendo Chillers – CFCs; (ii) levantamento e análise técnica dos dados coletados; (iii) elaboração de termo de referência para contratação de empresa para o serviço de modernização ou substituição do equipamento; (iv) publicação de folder para disseminação dos resultados obtidos;
- j) Contratação de consultoria jurídica para identificação de aparelhos de refrigeração contendo CFCs e HCFCs presentes em pequenas e médias empresas que atuem nas seguintes tipologias: padarias, mercearias, supermercados com açougues e restaurantes. O diagnóstico irá contemplar uma análise técnica (características do funcionamento, perda de fluido refrigerantes, gastos com manutenção, gasto com

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

energia elétrica, perda de refrigeração) e uma análise econômica (indicação de retrofit do fluido refrigerantes ou a substituição parcial ou completa do equipamento);

- k) - Participação e contribuição para a elaboração da Norma Técnica sobre Manufatura Reversa. Foram realizadas 10 reuniões entre outubro de 2008 e abril de 2010, no âmbito do Comitê Brasileiro de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento – CB 55 da Comissão de Estudos de Manuseios e Contenção de Refrigerantes. A norma técnica foi publicada em 13 de maio de 2010, com validade a partir de 16/06/2010 - NBR 15833 – Manufatura Reversa – Aparelhos de refrigeração;
- l) Participação e contribuição para a elaboração de norma técnica sobre “Emissão de Fluidos Refrigerantes em Instalações de refrigeração e ar condicionado estacionárias”. Foram realizadas 07 reuniões entre abril a dezembro de 2010, no âmbito do Comitê Brasileiro de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento – CB 55 da Comissão de Estudos de Refrigeração Industrial. A minuta de norma está em fase final de conclusão e será disponibilizada em breve para consulta pública e posterior publicação;
- m) Participação e contribuição para elaboração de norma técnica sobre “Procedimentos para Recolhimento, Reciclagem e Regeneração de Fluidos Refrigerantes” em instalações de refrigeração e ar condicionado. Foram realizadas 07 reuniões entre abril a dezembro de 2010, no âmbito do Comitê Brasileiro de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento – CB 55 da Comissão de Estudos de Manuseios e Contenção de Refrigerantes;
- n) Os seguintes materiais foram produzidos sob coordenação da CPCO: i) Folder sobre “Recolhimento, reciclagem e regeneração de Fluidos Refrigerantes” e; ii) Publicação de 1.300 exemplares do guia sobre Sistema de Refrigeração por Amônia. Cada exemplar é composto por 3 guias, os quais são: “Guia 1 – Recomendações de Projeto para Operação Segura de Sistemas de Refrigeração por Amônia”, “Guia 2 – Recomendações sobre Comissionamento e Início de Operação de Sistemas de Refrigeração por Amônia”, “Guia 3 – Recomendações sobre Operação e Manutenção de Sistemas de Refrigeração por Amônia”;
- o) Realização do “Simpósio Nacional sobre Transição de Inaladores de Dose Medida contendo CFCs para Medicamentos livres de CFCs: Estratégias e Diretrizes para Estados e Municípios”, em março de 2010. Compareceram 97 representantes de todos os estados da federação, com exceção do estado da Bahia que não enviou representantes. O público alvo foi de gestores estaduais e municipais de saúde, representantes da Atenção Básica à Saúde, da Assistência Farmacêutica, da Saúde Ambiental e da Saúde da família;
- p) Produção do vídeo-documentário sobre o tema “Transição de MDIs contendo CFCs para medicamentos livres de CFCs” para ser utilizado em treinamentos de equipes

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

da saúde da família;

- q) Conclusão de estudo de consultoria técnica sobre destino para as cargas de SDOs apreendidas. Foram realizadas visitas a 8 (oito) instalações de tratamento de resíduos e diagnóstico sobre SDOs apreendidas pelo IBAMA e Receita Federal do Brasil. O estudo identificou que 3 (três) toneladas de SDOs apreendidas estão sob guarda do IBAMA e que as 8 (oito) empresas visitadas possuem tecnologia de destruição aprovada pelo Protocolo de Montreal
- r) Realização do 4º Seminário Técnico sobre “Difusão do Uso de Fluidos Alternativos em Sistemas de Refrigeração e Ar Condicionado” realizado em Manaus – AM (região Norte). O evento teve apoio da Associação Brasileira de Engenharia Mecânica – ABMC; Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS; Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento – ABRAVA; Associação Nacional dos Profissionais de Refrigeração e Ar Condicionado – ANPRAC; Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI; Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Instituto Federal do Amazonas – IFAM. Os temas abordados foram: (i) alternativas para a substituição de HCFCs em refrigeração e ar condicionado; (ii) medidas de redução para carga de refrigerante; (iii) identificação dos pontos de vazamento de fluido refrigerante em sistemas de refrigeração de supermercados; (iv) aspectos de segurança e tecnologias para refrigeração industrial; (v) tendências no uso de fluidos secundários; (vi) uso de fluidos refrigerantes naturais em sistemas de refrigeração para supermercados; e (vii) uso de fluidos refrigerantes alternativos em refrigeração automotiva. O seminário contou com a participação de 82 pessoas, representando empresas de manufatura de equipamentos de refrigeração e ar condicionado, de manutenção de equipamentos de refrigeração e ar condicionado, instituições de ensino e pesquisa, e estudantes de cursos técnicos e curso superior.

No âmbito de outros projetos relacionados a eliminação das SDOs, incluindo a eliminação dos HCFCs, tem-se as seguintes atividades e resultados para o ano de 2010:

- a) Criação do Grupo de Trabalho – GT HCFCs por meio da Portaria nº 41 de 25 de fevereiro de 2010 e da Portaria nº 319 de 30 de agosto de 2010 com o objetivo de contribuir para a elaboração e execução do Programa Brasileiro de Eliminação de HCFCs e seus respectivos projetos. O GT – HCFCs é composto por representantes das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente – MMA, que o coordena, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA, Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Associação Brasileira da Indústria do Poliuretano – ABRIPUR, Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, Associação Brasileira de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento – ABRAVA, Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE, Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, Associação Nacional dos Fabricantes de Eletroeletrônicos – ELETROS e Confederação Nacional da Indústria – CNI.

- b) Realização de três reuniões no âmbito do GT- HCFCs para apresentação da estratégia para eliminação dos HCFCs e apresentação e aprovação do documento do PBH para submissão a consulta pública nacional.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.3 - AÇÃO – 8496 – Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos.

2.3.2.3.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os governos estaduais nas ações destinadas a prevenir a ocorrência de emergências ambientais com produtos químicos perigosos e a atender de forma rápida e eficiente essas ocorrências, visando reduzir seus efeitos nocivos ao meio ambiente e aos organismos vivos.
Descrição	O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências Ambientais com Produtos Químicos-P2R2, instituído pelo Decreto Nº. 5.098 de 03 de julho de 2004, prevê que os governos estaduais elaborarão os Planos de Ação às Emergências Ambientais(PAEs), fazendo-se necessário, para tanto, o suporte federal. Além disso, é responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente a supervisão e coordenação desse sistema dedicado à prevenção e resposta à emergências ambientais com produtos perigosos, incluindo hidrocarboneto(petróleo e seus derivados), e qualquer outra substância que represente risco para a vida ou saúde humana, o meio ambiente ou outro bem a proteger, a curto ou longo prazo.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.3.1. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.3.1.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projeto Apoiado	02	0

2.3.2.3.1 2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
1.450.366	1.374.366	76.000	74.886	0

A SMCQ promoveu, em 2010, Seminário o apoio aos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins para o Mapeamento de Áreas de Risco a Acidentes com Produtos Perigosos, conforme estabelecido pelo Grupo de Trabalho de Mapeamento de Áreas de Risco Ambiental, instrumento integrante do Plano Nacional de Prevenção, Preparação, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais - P2R2.

Encontra-se em fase de execução o convênio "**Mapeamento de Áreas de Risco a Acidentes com Produtos Perigosos de Mato Grosso do Sul e Estruturação da Comissão Estadual do P2R2 – MARAPPMS**", cujo objetivo é elaborar o mapeamento das áreas de risco de acidentes com produtos perigosos em trechos da BR-262 e da BR-163, identificando empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras; sítios frágeis e vulneráveis; áreas contaminadas; unidades de resposta e o histórico de acidentes ocorridos, definindo o grau de risco ambiental; e manter e criar um banco de dados estruturado. Visa também contribuir para a minimização do impacto ambiental desses acidentes, por meio da estruturação da base da Comissão Estadual do P2R2 e das Unidades de Resposta localizadas em pontos estratégicos ao longo desses trechos das rodovias, por meio do fornecimento de equipamentos para a resposta inicial aos acidentes ambientais com produtos perigosos, colaborando com o fortalecimento e desenvolvimento do setor de emergências químicas do estado. Com isso, espera-se obter importante ferramenta a ser utilizada na definição e avaliação de políticas para os setores industrial, viário, de saúde e de meio ambiente; e, também, identificar as responsabilidades respectivas do poder público e dos setores privados em casos de acidentes. O conveniente é a Secretaria de Estado de Governo, tendo como interveniente o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. O valor total do Convênio celebrado é de R\$ 790.970,00, sendo R\$ 711.595,00 do concedente e R\$ 79.375,00 do conveniente, a título de contrapartida.

Em fase de execução o convênio "**Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos Perigosos na Rodovia BR-153, trecho Paraíso do Tocantins – Guaraí, no Estado do Tocantins**", com objetivo de realizar o mapeamento das áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos, empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, sítios frágeis e vulneráveis de áreas contaminadas, realizar o levantamento do histórico de acidentes ocorridos e também fornecer à unidade de resposta a acidentes com produtos perigosos, equipamentos necessários ao mapeamento e posterior

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

vigilância e atendimentos em trecho da BR-153, entre Paraíso do Tocantins e Guaraí, no Estado do Tocantins. Visa também a ampliação e fortalecimento dos esforços para a prevenção e controle de acidentes com produtos perigosos no estado do Tocantins. Com isso, espera-se obter importante ferramenta a ser utilizada na definição e avaliação de políticas para os setores industrial, viário, saúde e meio ambiente. Espera-se, também, contribuir na identificação das responsabilidades do poder público e dos setores privados em casos de acidentes. O conveniente é o Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, órgão ambiental do estado. O valor total do Convênio celebrado é de R\$ 758.125,58, sendo R\$ 672.920,58 do concedente e R\$ 85.205,00 do conveniente, a título de contrapartida. Em 2010 foram repassados a totalidade de recursos para o conveniente.

Em andamento a execução do convênio celebrado com o estado de Pernambuco em 2007, para o **“Projeto de Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com ênfase no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE”**. O objeto do convênio é o mapeamento de áreas de risco de Acidentes com produtos perigosos identificando, caracterizando e definindo o grau de risco ambiental ao longo das estradas da Região Metropolitana de Recife, com ênfase no Pólo Petroquímico de Suape. As Etapas 1 e 2 já se encontram concluídas, tendo sido iniciadas as Etapas 3 e 4 do convênio. O conveniente é o Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH. O valor total do Convênio celebrado foi de R\$ 624.389,00, sendo R\$ 498.739,00 do concedente e R\$ 125.650,00 do conveniente. 100 % dos recursos do concedente já foram repassados à CPRH, no ano de 2008.

Também em andamento a execução do convênio celebrado com o Estado da Paraíba em 2008, para o **“Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Perigosos na Paraíba, rodovia BR-230, trecho Cabedelo – Campina Grande”**. O objetivo do convênio é realizar o mapeamento das áreas de risco, visando identificar atividades potencialmente impactantes, áreas contaminadas, passivos ambientais, sítios frágeis e vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes e unidades de respostas e atendimento a acidentes, definindo o grau de risco ambiental, na rodovia BR-230, no trecho entre as cidades de Cabedelo e Campina Grande, numa faixa de 5 km, tomando a rodovia como eixo longitudinal da faixa, o que corresponde a uma área aproximada de 750 km². A Etapa 1 se encontra em fase de conclusão, tendo sido iniciada a Etapa 2 do convênio. O valor total do convênio celebrado é de R\$ 599.080,00, sendo R\$ 530.940,00 do concedente e R\$ 68.140,00 do conveniente, a título de contrapartida. Foram repassados ao conveniente R\$ 397.940,00 em março de 2009.

2.3.2.3.1.3. Avaliação dos Resultados

Os convênios de Tocantins e Mato Grosso do Sul iniciaram sua execução em 2010, com término previsto para 31/08/2011 e 30/11/2011, respectivamente. O desempenho da execução de ambos tem sido dentro do cronograma inicialmente proposto.

Conforme acompanhamento técnico das atividades realizadas pelo Naturatins e Relatório de Execução devidamente inserido no SICONV, a execução do convênio encontra-se dentro do cronograma inicialmente previsto. O conveniente já deu início às atividades das Metas 1, 2 e 3 e está providenciando a execução da Meta 5 e dando seguimento à execução de todas as atividades do convênio.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Conforme acompanhamento técnico das atividades realizadas pelo estado de Mato Grosso do Sul e Relatório de Execução devidamente inserido no SICONV, a execução do convênio encontra-se dentro do cronograma inicialmente proposto. O conveniente já deu início às atividades das Metas 1, 2, 3, 4 e 5, dando seguimento à execução de todas as atividades do convênio.

O convênio de Pernambuco tem vigência até 30/06/2011, devendo ser solicitada em 2011 nova prorrogação por mais 12 meses para conclusão dos trabalhos. Conforme acompanhamento técnico das atividades realizadas pela CPRH, já encontra-se finalizada a Meta 1 e as Metas 2, 3 e 4 já se encontram em andamento.

O convênio com a Paraíba foi prorrogado para conclusão dos trabalhos até 13/10/2011.

A execução desses convênios incentivará ações integradas e articuladas entre as instituições governamentais e não governamentais com atuação direta ou indireta no tema emergências ambientais com produtos perigosos. A realização do mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos reflete a incorporação, nos planejamentos das Comissões Estaduais, de um importante instrumento de gestão para a tomada de decisão sobre as questões de riscos ambientais proposto pelo Plano P2R2, demonstrando o comprometimento e a integração dos órgãos estaduais com os programas e diretrizes estabelecidas no âmbito federal, e formulados com a participação de todos os envolvidos.

Com o acompanhamento da execução dos projetos e a capacitação de técnicos de vários setores envolvidos, as Comissões Estaduais do P2R2 terão condições de, posteriormente, dar continuidade ao mesmo, replicando o conhecimento adquirido neste projeto para outros técnicos e instituições, com o objetivo de dar continuidade à alimentação e manutenção do banco de dados e de desenvolver o mapeamento de outras áreas prioritárias nos estados.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.4 . AÇÃO – 1C49 – Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas

2.3.2.4.1 – Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Reduzir os riscos oferecidos por substâncias e resíduos perigosos ao meio ambiente e à integridade e bem estar das populações.
Descrição	Desenvolvimento e operacionalização de sistema de intercâmbio e difusão de informações sobre segurança química e para Registro de Liberações e Transferência de Contaminante ambientais Ação envolve, ainda, o estabelecimento de suporte laboratorial para ações de controle sobre substâncias e resíduos perigosos, especialmente os do setor petroquímico e aqueles abrangidos por acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Resíduos Perigosos
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.4.2 . Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.4.2.1 . Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Sistema Implantado	9%	-

2.3.2.4.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
575.183	575.183	0	0	0

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.4.2.2. Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

O MMA para finalizar o processo de implementação do RETP no Brasil e promoveu 2 capacitações para: órgãos ambientais estaduais, superintendências do Ibama, federações das indústrias, universidades, ONGs, imprensa, bancos, institutos de pesquisa e legisladores. Ocorreu uma em Brasília, para as regiões norte, nordeste e centro oeste e outra em SP, para regiões sul e sudeste. Além desses, foram capacitados também 13 gestores do RETP, técnicos do Ministério.

Os produtos entregues durante essa consultoria foram:

- a) Produto 1 – Documento com proposta de um manual com as diretrizes de gerenciamento para os gestores do RETP;
- b) Produto 2 – Documento com metodologia e conteúdo didático para a realização da oficina de capacitação para os gestores do RETP. Essa oficina contou com a participação de 13 gestores;
- c) Produto 3 - Documento com metodologia e conteúdo didático do programa de capacitação nacional para os usuários e envolvidos no RETP;
- d) Produto 4 - Documento com o relatório da oficina de capacitação; e
- e) Produto 5 - Documento com o relatório de três capacitações nacionais. As oficinas contaram com a participação de 158 pessoas.

O site específico para o RETP já está em fase final e espera-se que o portal já esteja em funcionamento no ano de 2011.

Outra atividade importante desse departamento é a divulgação e capacitação de técnicos sobre a resolução 420/09 sobre áreas contaminadas. O Ministério participou de cerca de 10 reuniões nos estados de SP, RG, MG e MA para divulgação dessa resolução. Também está em negociação uma proposta de capacitação de técnicos ambientais dos Estados sobre essa resolução.

Com relação ao suporte laboratorial o Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria está negociando uma parceria com o CIGRE visando o aprimoramento das técnicas de análise de identificação de PCBs. O CIGRE é o Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica CIGRE-Brasil, uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1971, que tem por objetivo promover o intercâmbio e desenvolvimento técnico, tecnológico, e da engenharia no Brasil, no campo da produção de energia elétrica, de sua transmissão em alta tensão e distribuição; Adicionalmente o projeto de gestão de PCBs está na fase final de contratação de estudo comparativo das técnicas e procedimentos utilizados internacionalmente em análise de óleos PCBs com as praticadas no país.

2.3.2.4.2.3 Avaliação dos Resultados

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Apesar dessa ação não apresentar execução financeira dessa ação, tivemos importantes avanços execução física visando a gestão de resíduos perigosos utilizando recurso da ação de gestão e administração do programa- GAP, integrante do PPA. A gerência de resíduos perigosos participou ativamente de uma série de capacitações sobre áreas contaminadas e na divulgação da resolução 420/2009 que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas, o país passou a ter um referencial legal para tratamento do assunto. Além disso o Departamento de Qualidade Ambiental teve presente em várias discussões sobre mercúrio em resíduos de saúde e teve importante papel nas discussões interministeriais para elaboração da política nacional de resíduos sólidos e do seu decreto regulamentador.

O projeto de registro de emissões e de poluentes, obteve importantes avanços como desenvolvimento de manuais de capacitação e realização de duas oficinas nacionais de capacitação totalizando a capacitação de aproximadamente 160 pessoas, com apoio do projeto TAL da Secretaria Executiva desse ministério.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.5 . AÇÃO – 2B85 – Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental

2.3.2.5.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar o desenvolvimento e a execução de projetos que visem a melhoria da qualidade ambiental principalmente àqueles que permitam a redução da geração e liberação de contaminantes ambientais e a sua gestão sustentável
Descrição	Viabilização da execução de projetos voltados à melhoria da qualidade ambiental, por meio da identificação de contaminantes químicos ambientais, inclusive os do setor petroquímico, bem como a criação de mecanismos normativos, econômicos e arranjos institucionais para o desenvolvimento e a implantação de projetos que se apresentarem viáveis.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria.
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.5.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.5.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Projetos Apoiados	2	1

2.3.2.5.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
3.007.718	2.076.518	1.031.200	866.337	635.337

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.5.3. Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

O Ministério do Meio Ambiente iniciou a execução do importante projeto para atender a Convenção de Estocolmo: o Plano Nacional de Implementação (NIP), com um Seminário em São Paulo entre os dias 22 e 25 de Março de 2010. Após esse evento criou-se o Grupo Nacional Coordenador do Projeto NIP, com o objetivo de auxiliar na implementação do projeto NIP.

Visando a execução desse plano assinou-se um termo de cooperação com a Fiocruz para apoio a avaliação da eficácia da Convenção de Estocolmo, através do estudo de poluentes orgânicos persistentes em leite materno no Brasil com o desenvolvimento de Programa de Monitoramento Global de POPs. Também houve contratação de um assistente administrativo/financeiro para auxiliar na preparação de relatórios de progresso/financeiros, bem como, outras atividades relacionadas à execução do projeto. Além disso, houve a contratação de consultoria para a realização de inventário de fontes e estimativa de emissões de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) produzidos não intencionalmente.

Para a realização das demais atividades previstas no projeto, estão em andamento as seguintes contratações: 1) Consultoria para a realização de inventário de estoques, produtos, artigos e resíduos contendo ou constituídos de POPs; 2) Consultoria jurídica para a revisão de legislação referente aos POPs; 3) Contratação de consultoria para tradução de material educativo e novos Anexos da Convenção de Estocolmo; e 4) Contratação de consultoria para desenvolvimento do Sistema de Informação para a Convenção de Estocolmo.

O Grupo Nacional Coordenador (GNC) para implementação do projeto NIP realizou a sua primeira reunião em dezembro de 2010. Posteriormente, ocorreu a vigésima nona reunião da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), com o intuito de avaliar a implementação do projeto e relatar as decisões da primeira reunião do GNC.

Neste mesmo contexto, iniciou-se a execução do projeto sobre Gerenciamento de Bifenilas Policloradas – PCB, BRA 08/G/32, em parceria com o GEF/PNUD. Houve a contratação de estudos para levantamento da legislação internacional, federal e estadual existente sobre o tema e elaboração de proposta de harmonização visando garantir: manutenção do inventário, realização de testes laboratoriais para identificação de produtos passíveis de contaminação, rotulagem e diretrizes para a adequada destinação dos resíduos. Além disso contratou-se um especialista para elaboração de estudo sobre gerenciamento do PCB e elaboração da proposta do plano de gerenciamento, incluindo avaliação dos sistemas de disposição de PCBs. Também é importante ressaltar a realização da oficina sobre gerenciamento de PCBs, em novembro de 2010, com a presença de 70 pessoas, visando dar continuidade a integração do grupo de trabalho formado por autoridades do setor público, setor privado, pesquisadores, membros de ONGs, promovendo a discussão sobre a proposta de Plano de Ação para a elaboração e implementação do Plano Nacional de PCB.

2.3.2.5.4. Avaliação dos Resultados

Consideramos que o Brasil teve avanços significativos na implementação da Convenção de Estocolmo para eliminação dos poluentes orgânicos persistentes, com o início da execução do NIP- plano nacional de implementação e com o início do projeto de gerenciamento e sistemas de disposição de bifenilas policloradas. Entre as principais realizações destacam-se:

- a) Seminário sobre Convenção de Estocolmo e apresentação do Projeto NIP em São Paulo.
- b) Publicação do Grupo Nacional Coordenador do NIP
- c) Oficina sobre gerenciamento e sistemas de disposição de PCBs em Novembro em Brasília com a presença de 70 pessoas.
- d) Inventário preliminar de PCB em parceria com o Ministério de Minas e Energia e Aneel.
- e) Contratação de coordenador técnico para o projeto PCB, consultores técnicos para fortalecimento do arcabouço legal sobre bifenilas e de especialista para elaboração de proposta de plano nacional de gerenciamento de PCBs.
- f) Termo de Cooperação com a Fundação Osvaldo Cruz - Fiocruz para avaliação da presença de poluentes orgânicos persistentes em leite materno.
- g) Contratação de consultoria técnica para a realização de inventário de fontes e estimativa de emissões de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) produzidos não intencionalmente.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.6. AÇÃO – 2B87 – Capacitação para Qualidade Ambiental

2.3.2.6.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar técnicos dos órgãos gestores de meio ambiente, de outros órgãos de Governo, do setor produtivo, de organizações não governamentais e de agências financiadoras, em temas relacionados à qualidade ambiental.
Descrição	Serão estruturados e ministrados, inclusive para o setor de petróleo, cursos de atualização, formação e capacitação de técnicos que atuam em diferentes áreas de governo, do setor produtivo, não-governamentais e de agências financiadoras para que possam atuar, de forma mais efetiva, na proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Serão realizados também cursos, seminários e ciclo de palestras sobre temas específicos de outras áreas de atuação da Secretaria.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.6.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.6.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Técnicos Ambientais capacitados	263	608

2.3.2.6.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
528.676	528.676	0	0	0

2.3.2.6.3. Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

Foram realizadas as seguintes capacitações:

- Para o apoio ao instrumento de Planos de Ação de Emergência do P2R2, foi realizado Workshop visando apresentar a metodologia desenvolvida até o momento, e receber as contribuições propostas pelos diversos órgãos e entidades envolvidos para o seu aprimoramento. O Workshop contou com a participação 158 profissionais que trabalham diretamente com a temática (órgãos ambientais, de saúde, de defesa civil, corpos de bombeiros, entidades e associações privadas, bem como os demais integrantes das Comissões do P2R2);
- Capacitação de 200 técnicos ambientais (estaduais e municipais) e profissionais de órgãos da defesa civil, de universidades, de escolas técnicas, de empresas de transporte, de oficinas mecânicas e de postos de combustíveis, em 04 mini-oficinas de capacitação na interpretação da Resolução Conama Nº 362/2005, nos Estados do Rio de Janeiro, Paraíba, Bahia e Espírito Santo. Tal capacitação insere-se na atividade Desenvolver estudos técnicos e projetos do Grupo de Monitoramento Permanente (GMP) da Resolução CONAMA Nº 362/2005 relativos ao sistema de coleta e destinação final de óleos lubrificantes usados e/ou contaminados (OLUCs), no tocante à especificidade denominada rerrefino;
- Realização de duas oficinas de capacitação nacional sobre Registro Emissão e Transferência de Poluentes – RETP em Brasília e São Paulo. Essas oficinas ocorreram em 3 dias em cada estado com a presença de aproximadamente 180 pessoas no total;
- A Gerência de Resíduos Perigosos participou de vários seminários sobre áreas contaminadas com o objetivo de divulgação da Resolução CONAMA 420/2009 no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e outros estados da federação; e
- Realização de oficina sobre gerenciamento e destinação de bifenilas policloradas-PCBs em Brasília com a participação de 70 pessoas. Dentre os envolvidos estavam setor elétrico, órgãos estaduais de meio ambiente, sociedade civil, empresas de tratamento de PCB e laboratórios de análise.

2.3.2.6.4. Avaliação dos Resultados

As capacitações, no âmbito do P2R2, são extremamente necessárias por se tratar de um tema em que os estados ainda estão iniciando sua atuação nas emergências. Desta

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

forma, há uma grande carência de capacitação neste tema (pelos técnicos estaduais e federais), e os resultados para as atividades diárias dos técnicos é excelente, demandando cada vez mais a formulação de cursos por parte deste MMA. As capacitações, ainda, promoveram a divulgação do P2R2, como também a articulação institucional dos vários órgãos envolvidos com as emergências ambientais e integração dos setores privado e público, de acordo com o que estabelece o Plano P2R2.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.7. AÇÃO – 2B88 – Preservação e Recuperação de Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo

2.3.2.7.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver, disponibilizar e aplicar alternativas tecnológicas que possibilitem a preservação, a recuperação e o monitoramento de áreas degradadas por incidentes de derramamentos de óleo causados pela indústria de petróleo.
Descrição	Realização de estudos/diagnósticos, normatização e regulação, elaboração de cartas/mapas e estruturação de base de dados georreferenciadas aplicadas ao desenvolvimento de estratégias para preservação ambiental, por meio de medidas de prevenção, controle, fiscalização e combate à poluição causada por lançamento de óleo, na escala de atuação do Plano Nacional de Contingência(PNC), incluindo suas peças estruturantes tais como os Planos de Área(PA) os Planos de Emergência Individual(PEI) e o Sistema de Informações sobre incidentes de Poluição por Óleo(SISNÓLEO). Ainda nessa vertente, pressupõe o desenvolvimento de estratégia de monitoramento sistemático como mecanismo de acompanhamento(recebimento, sistematização e disponibilização de informações) de qualidade ambiental e resposta a incidentes de derramamento de óleo.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.7.2- Metas e Resultados da Ação no Exercício

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.7.2.1 - Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano Elaborado	3	1

2.3.2.7.2.2 - Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
821.690	821.690	0	0	0

2.3.2.7.2.3 - Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

A demanda pela articulação e integração de diferentes bases de dados voltados à gestão ambiental do setor da indústria do petróleo, concentrou os esforços desenvolvidos em 2010 na busca e identificação por uma entidade(s) com um perfil que agregasse vocação para a pesquisa, geoprocessamento e tecnologia da informação (TI), além de conhecimento sobre a dinâmica dos ambientes costeiros e marinhos.

Tal tarefa terá um incremento, a partir de diálogos com potenciais parceiros, em 2011.

2.3.2.7.2.4 – Avaliação dos Resultados

Embora a aproximação / cooperação junto a outros setores, os avanços foram bastante modestos quanto ao aprofundamento do escopo do projeto de integração das bases de dados.

2.3.2.8. AÇÃO – 2D05 – Promoção da Proteção da Atmosfera

2.3.2.8.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver um conjunto de indicadores para a identificação de tendências relativas a qualidade do ar, a eficácia das medidas de proteção à camada de ozônio e as emissões dos gases que promovem o efeito estufa, visando subsidiar as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade ambiental.
Descrição	Elaboração de indicadores para acompanhar a qualidade do ar referente às fontes fixas, móveis e agrossilvopastoris, a partir da coleta e tratamento dos parâmetros previstos nas normas legais. Avaliação da redução de emissão de gases poluentes provenientes de veículos automotores, por meio de doações consubstanciadas no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e potenciais melhoramentos desse programa. Utilização dos dados do Cadastro Técnico Federal do IBAMA para construir os indicadores de fontes fixas agrossilvopastoris e outros indicadores como, por exemplo, indicadores para acompanhar as emissões de gases de efeito estufa.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Departamento de Mudanças Climáticas
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	– Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Qualidade do Ar
Coordenador Nacional da Ação	Thaís Linhares Juvenal
Unidades Executoras	440031- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.8.2- Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.8.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Indicador desenvolvido	1	0

2.3.2.8.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
493.012	493.012	0	0	0

2.3.2.8.2.3 - Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

A ampliação dos mecanismos de gestão da qualidade do ar, hoje incipientes no país, perpassa pela atualização/realinhamento dos marcos normativos de caráter nacional, sobretudo as resoluções do CONAMA que tratam do tema. Se o ano de 2009 caracterizou-se pela aprovação de novos marcos regulatórios como as resoluções abaixo listadas, no exercício de 2010 os esforços se deram no sentido da implementação destas novas resoluções, além do "resgate" de determinações contidas em resoluções anteriormente aprovadas e não implementadas. Desta forma, no ano de 2010 foram executadas as seguintes ações:

- Implementação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores-CAP/PROCONVE, em atendimento a Resolução CONAMA 414/2009, com a realização de 2(duas) Reuniões Ordinárias (ROs) e 01(uma) Reunião Extraordinária (RE);
- Na definição da logística de produção e comercialização no país do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), produto necessário para o atendimento da Fase P7 do PROCONVE que visa a redução dos óxidos de nitrogênio (NOx) gerados nos motores à combustão do ciclo diesel em veículos pesados;
- Publicação do "**1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários**" em atendimento a determinação constante na Resolução CONAMA 05, de 15 de junho de 1989, que instituiu o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR. Os inventários de emissões figuram como ferramentas indispensáveis no processo de definição de políticas públicas para a questão ligada a poluição atmosférica por fontes móveis;
- Negociação com a ANTT e ANTAQ no sentido da elaboração do Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas para os modais ferroviário e aquaviário;

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

- e) Implementação da Resolução CONAMA 418/2009 que "Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular e para a implantação dos Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissões e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção dos veículos em uso", com a realização de oficina de trabalho para as entidades componentes da ABEMA sobre a metodologia de elaboração dos PCPVs;
- f) Continuidade dos trabalhos de revisão da Resolução CONAMA 382/2006 que "Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas" contemplando 13 (treze) tipologias de fontes; e
- g) Consolidação do "Nota Verde" que é uma ferramenta disponível nos sites do MMA e IBAMA que garante ao consumidor o acesso ao seu direito de escolha ao optar pelo consumo consciente no momento de decidir qual veículo irá comprar. A ferramenta que o consumidor verifique os níveis de emissão de poluentes locais (monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio) nos veículos novos, além da emissão de dióxido de carbono (CO₂), que não é classificado como poluente, mas principal causador do efeito estufa.

2.3.2.8.2.4 - Avaliação dos Resultados

Pode-se considerar que no universo das políticas públicas, a temática da gestão da qualidade do ar esteve limitada a fontes móveis, representadas por Programas como o PROCONVE, à exceção da revisão da Resolução 382/2006 do CONAMA que trata dos limites de emissão por fontes fixas, por ora em curso na Câmara Técnica Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA. No que trata de ações planejadas de médio e longo prazo, estudos de base estruturantes e fortalecimento institucional, que permitam aos Estados reorganizarem-se em torno desse tema, pouco foi feito no últimos anos. Ainda assim, algumas análises sobre as atividades desenvolvidas em-2010 podem ser feitas:

- a) Implementação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE-CAP, responsável pela implantação das novas etapas e avaliações do Programa;
- b) A publicação do "**1º Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários**", como instrumento federal de gestão de políticas públicas para a questão da poluição atmosférica;
- c) A realização e oficina entre o MMA e a ABEMA visando a elaboração de metodologia para a a elaboração dos Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPVs pelos Estados e Municípios que permitirá a futura implantação dos Programas I/M e o consequente controle das emissões de poluentes pelos veículos em uso; e

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

- d) A revisão da resolução Conama 382/2006, em fase final na CTCQA do CONAMA, que permitirá ampliar o espectro dos instrumentos de gestão da qualidade do ar, uma vez que incorpora limites para novas fontes que são consideradas no marco regulatório em vigor.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.9. AÇÃO – 6635 – Delimitação das Áreas Marinhas Ecologicamente Sensíveis a Óleo

2.3.2.9.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o mapeamento de sensibilidade ambiental e de risco, para utilização no planejamento de contingência, e no caso de eventuais acidentes com poluição de óleo, para avaliação geral de danos.
Descrição	A ação dará continuidade à execução do mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo das Bacias Sedimentares Marítimas do Espírito Santo, Campos, Santos, Camamu-Almada, Cumuruxatiba, Mucuri, Jequitinhonha, Pará Maranhão e Barreirinhas, Foz do Amazonas e Pelotas, nos níveis estratégico, tático ou intermediário e operacional ou de detalhe. O mapeamento deverá atender a todos os graus de derramamento de óleo, desde grandes vazamentos em áreas remotas(oceânicas), passando por derramamentos de porte médio e alguma distância das instalações da indústria do petróleo(ao longo do litoral), até derrames localizados(em pontos específicos da costa).
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria / Gerência de Segurança Química
Coordenador Nacional da Ação	Sérgio de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.9.2 Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.9.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Carta Produzida	3	1

2.3.2.9.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
628.676	628.676	-	-	-

2.3.2.9.3 Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências)

Sobre o Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo, foram concluídos os trabalhos na Bacia do Espírito Santo, cuja material impresso, deverá ser disponibilizado no decorrer do primeiro quadrimestre de 2011. As demais bacias, iniciadas anteriormente – Sergipe–Alagoas / Pernambuco–Paraíba, e as do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu–Alamada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba e Mucuri), encontram-se em andamento, a serem concluídas no final de 2011.

Além disso, foi definida a estratégia para a seleção e desenvolvimento do mapeamento nas bacias restantes, por intermédio de uma parceria (cooperação técnica) junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2.3.2.9.4. Avaliação dos Resultados

As diferentes modalidades de seleção e operacionalização para a elaboração das cartas de sensibilidade ambiental ao óleo (Cartas SAO), confirmaram a indicação de uma estratégia para finalização do Plano Cartográfico para o Mapeamento da Sensibilidade Ambiental ao Derramamento de Óleo da zona costeira e marinha, por intermédio de uma proposta de Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Apesar das dificuldades que, preliminarmente, dificultaram o pleno estabelecimento / formalização da parceria, tem-se a expectativa de que em 2011 seja dado andamento ao Termo de Cooperação e, por conseguinte, ao respectivo edital do CNPq para a seleção das entidades executoras do mapeamento nas bacias restantes – Campos; Pará–Maranhão / Barreirinhas; Foz do Amazonas; e Pelotas.

2.3.2.10. AÇÃO – 8911 – Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas

2.3.2.10.1 – Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver e implementar ações ambientais para enfrentar as mudanças climáticas, com foco na mitigação e adaptação.
Descrição	Desenvolvimento e implementação de um plano nacional de mudanças climáticas a partir da consolidação de diretrizes que estimulem a redução de emissões e incremento de absorção de gases de efeito estufa, a identificação de impactos e vulnerabilidades e a definição de medidas que possibilitem a adaptação aos efeitos da mudança do clima. Desenvolvimento e consolidação das informações relativas que contribuem para redução de emissões e absorção de gases de efeito estufa; Integração de informações e estudos sobre vulnerabilidade e adaptação; Identificação das lacunas de informação; Proposição de novas formas coordenadas de atuação; Inclusive modelo institucional de articulação; Promoção de avaliações regionais e setoriais para definição de prioridades, entre outras iniciativas; Identificação e promoção de iniciativas de intenção entre a Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Montreal(proteção da camada de ozônio); realização de estudos relacionados a vulnerabilidade e impactos na zona costeira e marinha frente à elevação do nível do mar.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Mudanças Climáticas Coordenação de Mudança do Clima e Sustentabilidade

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Coordenador Nacional da Ação	Thaís Linhares Juvenal
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

2.3.2.10.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.10.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano elaborado	8	1,1

2.3.2.10.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2.093.745	1.732.773	360.972	280.309	277.093

2.3.2.10.3 Principais Resultados (problemas, contratações, parcerias e transferências)

Durante a vigência do atual Plano Plurianual, a SMCQ concentrou esforços na articulação governamental para consolidação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e construção de bases institucionais sólidas. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima foi elaborado e lançado em 2008, seguido pelo sancionamento das Leis nº 12.187, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e nº 12.114, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, em dezembro de 2009. Em 2010, ambas as Leis foram regulamentadas por Decretos do Presidente da República.

O Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, regulamenta o Fundo Clima e dá outras providências. Pelo Decreto, o MMA ocupa a Presidência do Comitê Gestor, sendo também responsável pela Secretaria-Executiva e coordenação das atividades administrativas, pela elaboração do Plano Anual de Aplicação dos recursos e pela aplicação direta dos recursos não reembolsáveis do Fundo. Em dezembro de 2010, foi realizada a instalação e a primeira reunião de seu Comitê Gestor.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima foi regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 dezembro de 2010, e estabelece que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima será integrado pelos planos de ação para a prevenção e controle do desmatamento nos biomas e pelos planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas. Estes estão em fase final de elaboração, em um esforço conjunto de diversos Ministérios e setores da sociedade civil. Os planos de ação sobre desmatamento estão em plena atividade nos

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

biomas Amazônia e Cerrado, enquanto o plano para a Caatinga está em fase final de construção. O Decreto ratifica e especifica as metas apresentadas na Política, com destaque para o compromisso de redução, até 2020, de oitenta por cento dos índices anuais de desmatamento na Amazônia Legal em relação à média verificada entre os anos de 1996 a 2005.

Entre os avanços alcançados em 2010, destacam-se as estratégias de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD). No âmbito internacional, aprovou-se o regime de REDD durante a 16ª Conferência das Partes (COP-16) da UNFCCC, em dezembro, em cujas negociações o Ministério foi participante ativo. O MMA, representado por este Departamento, também participou de diversas iniciativas internacionais que buscam viabilizar o REDD, tendo inclusive organizado, ao custo total de R\$ 48.371,56 (quarenta e oito mil, trezentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos), o primeiro encontro da Interim REDD+ Partnership, a qual presidirá até julho de 2011, ao lado da França. Em âmbito nacional, o Departamento promoveu uma série de debates em Grupos de Trabalho envolvendo os governos federal e estadual e diversos segmentos da sociedade civil, que culminou em recomendações para uma estratégia nacional para o REDD. Tais recomendações foram incorporadas ao Projeto de Lei que trata da matéria e está tramitando no Congresso Nacional (PL nº 5.586/2009).

Além da consolidação institucional da política sobre mudanças climáticas, foram realizadas parcerias para dar insumos técnicos à formulação da política pública. Para nortear a elaboração de ações que possibilitem a redução de emissões de gases de efeito estufa no país, foi firmado Termo de Cooperação, em março, com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), cujo objetivo é a elaboração de estudo sobre cenários de emissão de gases de efeito estufa no Brasil, a partir de hipóteses de desenvolvimento socioeconômico, com análise das trajetórias de emissões na ausência e presença de políticas públicas. Os recursos previstos foram devidamente descentralizados – R\$ 272,600,00 (duzentos e setenta e dois mil e seiscentos reais) – e, em novembro de 2010, foi encaminhado à SMCQ o relatório preliminar.

Lançado no final de 2009, o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas foi implementado em todos os níveis ao longo de 2010 e está pronto para iniciar a elaboração do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional, que versará sobre diversos aspectos da mudança do clima no país, nos moldes dos relatórios globais publicados pelo IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima). A Secretaria-Executiva do Painel foi estabelecida no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, está em elaboração o termo de cooperação que possibilitará o apoio do MMA às atividades do Painel, via acordo com aquela Universidade. Atualmente, a minuta do acordo está sendo ajustada para atender os requisitos de conformidade jurídica.

Além da consolidação institucional da política de mudanças climáticas, foram realizadas parcerias para dar insumos técnicos à formulação de políticas públicas. Para nortear a elaboração de ações que possibilitem a redução de emissões de gases de efeito estufa no país, foi firmado Termo de Cooperação, em março, com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, cujo objetivo foi a elaboração de estudo sobre cenários de

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

emissão de gases de efeito estufa no Brasil, a partir de hipóteses de desenvolvimento socioeconômico, com análise das trajetórias de emissões na ausência e presença de políticas públicas.

2.3.2.10.4. Avaliação dos Resultados

O exercício de 2010 foi de grandes avanços em diversas áreas relacionadas ao clima. A Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada alguns dias após a 15ª Conferência das Partes – COP 15, realizada dezembro/2009 em Copenhague, obteve grandes avanços, incorporando as novas orientações para o desenvolvimento do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, com foco setorial. Nos últimos meses do ano, tanto a Política, quanto o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, foram regulamentados por decreto, passo importante para implementação de ambos.

O FNMC principal instrumento financeiro da Política Nacional sobre Mudança do Clima, teve seu Comitê Gestor instalado e seus primeiros encaminhamentos em dezembro de 2010, o que contribui sobremaneira para sua entrada em operação, já com aplicação de recursos, no primeiro semestre de 2011.

Os resultados obtidos relacionados à estratégia de REDD e o estabelecimento do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, abrem um caminho relevante para o desenvolvimento de políticas e identificação de prioridades de ação a serem implementadas em curto, médio e longo prazo.

Por fim, pode-se afirmar que os resultados alcançados em 2010 são de grande relevância e permitirão a continuidade do trabalho, internacionalmente reconhecido, que o Governo Brasileiro vem realizando na área de mudanças climáticas. A implementação do arcabouço legal e institucional permitirá que, no exercício de 2011 em diante, o fco das atividades seja o desenvolvimento e implementação de ações efetivas para mitigação e adaptação à mudança do clima.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.11. AÇÃO – 10TT – Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

2.3.2.11.1 – Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9(Ação Civil Pública) em que a União é ré solidária com Empresas de Mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em 18 de abril de 2006, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº 93.80000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às Empresas Carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação ambiental da região de Santa Catarina, para os passivos arrolados na Ação Civil Pública, que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.
Descrição	Promoção de forma progressiva da participação do Ministério do Meio Ambiente no monitoramento da “proposta de Indicadores Ambientais para Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos, Biota e Cobertura do solo e plano de Monitoramento destes Indicadores, Incluindo Regras de Administração, Publicidade, Acesso e Auditoria no Banco de Dados dos Indicadores”. Esta proposta obteve adesão da União e das empresas rés. Sendo homologada pela Justiça Federal em 29 de março de 2007.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria/Gerência de Resíduos Perigosos
Coordenador Nacional da Ação	Sérgia de Souza Oliveira
Unidades Executoras	440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.3.2.11.2.2. Metas e Resultados da Ação no Exercício

2.3.2.11.2.1. Meta Física

DESCRIÇÃO	PREVISTA	REALIZADA
Plano Implantado	16%	

2.3.2.11.2.2. Meta Financeira (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO LEI + CRÉDITO	CONTINGENCIADO	ORÇAMENTO DÍSPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
213.204	-	213.201	-	-

2.3.2.11.3 Principais Resultados(problemas, contratações, parcerias e transferências)

A 2ª etapa do monitoramento dos indicadores ambientais de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, biota e cobertura do solo da recuperação dos passivos ambientais da bacia carbonífera de Santa Catarina, conforme Plano de Trabalho estabelecido entre a SMCQ/MMA e a CPRM e constante no Processo Nº 02000.002241/2009-65.

A finalidade de tal ação é subsidiar a defesa da União nos autos da Execução Provisória Nº 2000.72.04.002543-9 (Ação Civil Pública), em que a União é ré solidária com as empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense. Em 05 de janeiro de 2000 uma Sentença Judicial, revisada em abril de 2006 e ratificada pelo Supremo Tribunal de Justiça em maio de 2008, baseada na Ação Civil Pública, referente ao Processo Nº. 93.8000533-4, deferiu tutela antecipada e impôs à União e às empresas carboníferas a obrigação de fazer e executar o projeto de recuperação dos passivos ambientais arrolados e que compreendem o período entre os anos de 1972 a 1989.

2.3.2.11.4. Avaliação dos Resultados

A descentralização de crédito e o repasse financeiro referidos, compõem a promoção de forma progressiva (2008 a 2014) da participação do Ministério do Meio Ambiente no monitoramento da “Proposta de Indicadores Ambientais para Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos, Biota, Cobertura do Solo e Plano de Monitoramento destes Indicadores, incluindo Regras de Administração, Publicidade, Acesso e Auditoria no Banco de Dados dos Indicadores”, que obteve adesão da União e das empresas rés e que foi homologada pela Justiça Federal em Criciúma em 29 de março de 2006.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

A mesma é composta das seguintes especificações que serão apresentadas à SMCQ/MMA pela CPRM, através de relatório de execução físico-financeira e prestação de contas:

- a) Gerar subsídios para avaliar a recuperação ambiental das áreas afetadas pela atividade de mineração de carvão no sul de Santa Catarina;
- b) Dar continuidade ao programa de monitoramento da qualidade das águas de rios, córregos e das bocas de minas abandonadas com drenagem ácida;
- c) Iniciar o monitoramento dos sistemas aquíferos, propiciando o conhecimento da realidade atual da qualidade das águas subterrâneas;
- d) Estabelecer as cargas de poluição dos rios e das bocas de minas com drenagem ácida afetadas pela mineração de carvão nas bacias dos rios Araranguá, Urussanga e Tubarão;
- e) Criar modelos que possam prever a qualidade das águas diante de vários cenários: recuperação, abandono de áreas, introdução de novas fontes de poluição;
- f) Gerar informações sobre a qualidade das águas superficiais e subterrâneas para subsidiar o Enquadramento de Águas a ser definido pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (Araranguá, Tubarão e Urussanga);
- g) Difundir o conhecimento da qualidade das águas, propiciando a implantação de Programas de Educação Ambiental;
- h) Estabelecer bioindicadores para a recuperação de áreas degradadas; e
- i) Gerar informações sobre a evolução da recuperação das áreas degradadas para a análise do GTA Grupo Técnico de Assessoramento da Execução da Sentença.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.4 – DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

2.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO – Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código Siafi da UGO
Ministério do Meio Ambiente – Administração Direta	44101	440002

2.4.1.1 – Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários			1- Pessoal e Encargos		2- Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	16.269.205	14.376.595
	PLOA						16.269.205	14.376.595
	LOA						16.269.205	14.476.595
C R É D I T O S	Suplementar							
	Especias	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total					-	-	16.269.205	14.476.595

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.4.1.2 – Programação das Despesas Capital

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas de Capital					
			4- Investimentos		5- Inversões		6- Amortizações	
Exercícios			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		782.845	1.195.139	-	-		
	PLOA		782.845	1.195.139				
	LOA		782.845	1.195.139				
C R É D I T O S	Suplementar							
	Especias	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			782.845	1.195.139	-	-		-

2.4.1.3 –Quadro Resumo da Programação das Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9- Reserva de Contingência	
Exercícios			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO		16.269.205	14.376.595	782.845	1.195.139		
	PLOA		16.269.205	14.376.595	782.845	1.195.139		
	LOA		16.269.205	14.376.595	782.845	1.195.139		
C R É D I T O S	Suplementar							
	Especias	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total					-	-		-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.4.1.4 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebida	440002	18.122.1346.2272.0001	-	-	883.814
		440002	18.542.1346.2B85.0001	-	-	157.862
		440002	18.542.1346.8911.0001	-	-	40.000
	Concedida	440001	18.122.1346.2272.0001	-	-	193.219
		440001	18.542.1346.2B85.0001	-	-	635.337
		440001	18.542.1346.6834.0001	-	-	2.062.971
Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Recebida	440002	18.542.1346.8496.0001	-	-	76.000
	Concedida	-	-	-	-	-
Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Externa	Recebida					
	Concedida	113601	18.542.1346.8911.0001	-	-	272.600
		170009	18.542.1346.8911.0001	-	-	48.371
		254420	18.542.1346.2B85.0001			231.000
		495001	18.543.1346.10TT.0042			168.431
Natureza de Movimentação de Crédito	UJ concedente e ou recebedora	UG Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
Movimentação Externa	Recebida	-	-	-	-	-
	Concedida	254420	18.542.1346.2B85.0001	7.000	-	-
		495001	18.543.1346.10TT.0042	44.773		

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.4.2 – Execução Orçamentária

2.4.2.1 – Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1- Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	168.311	227.435	168.311	227.435
Outros*	6.509.214	3.450.661	6.509.214	3.142.909

* Execução nas Unidades Gestoras 440031 e 440001

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.4.2.1.2- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1- Despesas de Pessoal								
-								
2- Juros e Encargos da Dívida								
-								
3- Outras Despesas Correntes								
3330.41	1.019.630,12	-	1.019.630,12	-	1.019.630,12	-	-	1.019.630,12
3380.39	1.512.162,62		1.512.162,62	-	1.512.162,62	-	-	-
3390.04	2.585.214,28	2.512.097,54	2.585.214,28	2.512.097,54	-	-	-	-
3390.08	3.253,75	4.726,25	3.253,75	4.726,26	-	-	-	-
3390.14	168.311,38	227.435,56	168.311,38	227.435,56				
3390.30	0,00	0,000	0,00	0,00				
3390.33	383.500,00	584.000,00	333.108,02	351.133,93	50.391,98	232.866,07	616,47	0,00
3390.36	14.466,30		14.466,30					
3390.37	384.241,89	78.145,00	384.241,89	78.145,00	-	-	-	-
3390.39	121.102,94	-	121.102,94	-	-	-	-	-
3390.46	55.643,24	89.307,62	55.643,24	89.307,62	-	-	-	-
3390.49	2.385,00	495,00	2.385,00	495,00	-	-	-	-
3390.92	537,30	6.882,09	537,30	6.882,09	-	-	-	-
3390.93	137.087,02	97.752,14	137.087,02	97.752,14	-	-	-	-
Total *	6.387.535,84		6.387.535,84					

* Execução nas Unidades Gestoras 440031 e 440001

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2.4.2.1.3 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesas – Créditos Recebidos da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4- Investimentos								
4430.41	289.999,46	74.886,00	-	-	289.999,46	74.886,00	289.999,46	-
4490.52	30.595,00	-	30.595,00	-	-	-	-	-
5- Inversões Financeiras								
-								
6- Outras Despesas de Capital								
-								
Total *	320.594,46	74.446,00	30.595,00	--	289.999,46	74.886,00	289.999,46	-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

**3.1 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS
OU RECURSOS.**

Não existe na UJ Passivos por insuficiência de Crédito.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

4.1 – PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar 31/12/2010
2009	Não se Aplica			
2008				
2007				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar 31/12/2010
2010	307.752,07	-	-	307.752,07
2009	1.889.039,66	49.775,51	1.745.162,62	1.612.162,62
2008	819.288,04	44.119,02	428.000,00	133.00,00
2007	1.245.385,79	304.024,00	799.244,71	0,00
Observações:				
Decreto nº 6.625 de 31/12/2008				
Decreto nº 7.057 de 29/12/2009				
Decreto nº 7.418 de 31/12/2010				

4.2 – Análise Crítica

A inscrição restos a pagar, refere-se a convênios em execução cuja legislação permite a sua inscrição.

O pagamento ocorre de acordo com o acompanhamento da execução, observando-se também o fluxo de caixa.

As razões para permanência de RP não processados por mais de um exercício justifica-se pelo acompanhamento da execução física do projeto(convênio).

Não existe registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercício anteriores a 2009 sem amparo legal.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

5.1 - COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas							Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios As- sistenciais e previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	577.643,37	11.564,03	65.725,27	27.846,25	0,00	0,00	267.942,00	950.720,92
2009	917.017,54	36.366,04	128.959,66	34.521,79	0,00	5.076,47	445.562,66	1.567.504,16
2010	1.100.173,35	15.616,86	136.181,92	57.249,33	0,00	13.374,38	669.726,39	1.992.322,23
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0,00	1.953.294,24	172.809,16	61.981,17	0,00	0,00	0,00	2.188.084,57
2009	0,00	1.975.401,83	151.279,18	33.629,94	0,00	0,00	0,00	2.160.310,95
2010	0,00	1.803.274,95	152.406,67	46.123,53	0,00	0,00	0,00	2.001.805,15
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	183.427,97	0,00	25.796,68	6.005,75	0,00	9.711,62	5.645,20	230.587,22
2009	254.432,97	0,00	19.431,22	5.092,68	0,00	4.240,92	26.625,60	309.823,39
2010	229.030,18	0,00	31.513,59	5.591,25	0,00	0,00	55.598,22	321.733,24
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	175.500,94	1.022.872,49	122.631,38	36.357,05	0,00	0,00	82.127,24	1.439.489,10
2009	221.502,78	1.116.139,79	127.634,40	34.610,77	0,00	0,00	118.489,00	1.618.376,74
2010	259.926,81	1.142.706,13	142.966,60	40.293,07	0,00	0,00	179.357,41	1.765.250,02
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	58.590,67	3.588,33	9.913,53	157,14	0,00	0,00	18.103,00	90.352,67
2009	0,00	5.052,12	421,01	140,33	0,00	0,00	0,00	5.613,46
2010	0,00	5.052,12	421,01	140,33	0,00	0,00	0,00	5.613,46

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação			
	Autorizada	Efetiva	Ingressos 2010	Egressos 2010
1 Provimento de cargo efetivo	inaplicável	56	1	7
1.1 Membros de poder e agentes políticos	inaplicável	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	inaplicável	28	1	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	inaplicável	26	1	2
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	inaplicável	2	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	inaplicável	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	inaplicável	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	inaplicável	23	0	5
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	inaplicável	5	0	0
1.4.1 Cedidos	inaplicável	4	0	0
1.4.2 Removidos	inaplicável	0	0	0
1.4.3 Licença remunerada	inaplicável	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	inaplicável	1	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	inaplicável	27	3	6
2.1 Cargos Natureza Especial	inaplicável	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	inaplicável	26	3	6
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	inaplicável	7	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	inaplicável	1	1	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	inaplicável	13	1	4
2.2.4 Sem vínculo	inaplicável	5	1	2
2.2.5 Aposentado	inaplicável	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	inaplicável	1	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	inaplicável	0	0	0

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	inaplicável	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	inaplicável	1	0	0
3 Total	inaplicável	83	4	13

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	0	11	45	não disponibilizado		
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	não disponibilizado		
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	11	19	não disponibilizado		
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	23	não disponibilizado		
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	3	não disponibilizado		
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	24	não disponibilizado		
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	não disponibilizado		
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	23	não disponibilizado		
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	1	não disponibilizado		
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	9	19	13	7	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	6	11	4	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	7	8	5	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	1	1	0
2. Provedimento de cargo em comissão	1	5	11	9	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	10	9	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	0	0

6.1 – TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO

6.1.1 – Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de 2010

Unidade Concedente								
Nome: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental								
CNPJ: 37.115.375/0005-30					UG/GESTÃO – 440031/00001			
Informações sobre as transferências								
Modalidade	Nº do Instrumento / Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
		Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	001/2010 – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	272.600,00	-	272.600,00	272.600,00	03/2010	05/2010	Adimplente
4	002/2010 – Escola de administração Fazendária – ESAF	48.371,56	-	48.371,56	48.371,56	07/2010	07/2010	Adimplente
4	003/2010 – Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ	281.400,00	-	281.400,00	281.400,00	07/2010	12/2011	Adimplente
4	004/2010 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	213.204,00		213.204,00	213.204,00	12/2010	03/2011	Adimplente
4	01/2009 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	138.860,00	-		138.860,00	11/2009	03/2010	Adimplente
1	721146/2009 - Secretaria de Estado de Governo do Mato Grosso do Sul	790.970,00	79.375,00	636.709	636.709	30/12/09	30/11/11	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

1	704801/2009 - Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS	758.125,58	85.205,00	672.920,58	672.880,58	30/12/09	08/2011	Adimplente
1	44003157200700001 - Agência Estadual e Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CPRH	624.389,00	125.650,00	-	498.739,00	28/12/08	30/06/11	Adimplente
1	440031200500005 - Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão – FA-PEX	929.500,00	84.500,00	295.000,00	845.000,00	30/12/05	31/12/11	Adimplente
1	701991/2008 - Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA	599.080,00	68.140,00	-	397.940,00	31/12/08	13/10/11	Adimplente

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

6.1.2 – Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores repassados nos últimos três anos

Resumo dos Instrumentos celebrados e Valores repassados nos últimos três anos

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental						
CNPJ: 37.115.375/0005-30				UG/GESTÃO: 440031/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	01	02	-	599.080,00	1.309.629,58	74.886,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	02	01	04	1.277.970	138.860,00	815.575,56
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	03	03	04	1.877.050,00	1.448.489,58	890.461,56
Fonte: SIAFI / SICONV						

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

6.1.3 – Informações sobre de Instrumentos de Transferência que vigerão no exercício de 2011 e Seguintes

Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					
CNPJ: 37.115.375/0005-30			UG/GESTÃO: 440031/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	04	3.259.154,58	3.051.268,58	207.886,00	94%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	02	494.604,00	494.604,00	-	100%
Termo de Compromisso	-	-	-	=	-
Totais	06	3.753.758,58	3.545.872,58	207.886,00	94,5%
Fonte: Siafi e Siconv					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

6.1.4 – Informações sobre a Prestação de contas relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					
CNPJ: 37.115.375/0005-30			UG/GESTÃO: 440031/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	05	-	
		Montante Repassado	1.604.629,58	-	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2010				
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Fonte: Siafi				

6.1.5 – Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					
CNPJ: 37.115.375/0005-30			UG/GESTÃO: 440031/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	04	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

2009	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	11	-
		Quantidade Reprovada	02	-
		Quantidade de TCE	01	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado (R\$)	-	-
2008	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	10	-
		Quantidade Reprovada	03	-
		Quantidade de TCE	03	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	07	-
		Montante repassado	3.474.160,64	-
Fonte: Siafi				

6.1.2 – Análise Crítica

Nos últimos anos, esta Secretaria vem promovendo várias ações Com intuito de regularizar a situação dos convênios que se encontram com a prestação de contas “a aprovar”, para sanar essas pendências, foram promovidas várias ações como, capacitação de técnicos.

Nos três últimos exercícios o número de celebração de convênios foi bastante reduzido , em comparação ao exercício de 2007, em decorrência de contingenciamentos orçamentários ou por falta de atendimento da legislação de convênios por parte das entidades.

No exercício de 2011, pretende-se regularizar a contas “a aprovar”, para isso será dado envolvendo mais técnicos nas análises.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

7.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ - Competência da Secretaria Executiva – SECEX do Ministério do Meio Ambiente

8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - Competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

9.1 – GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL - Competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

10.1 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(TI) – Competência da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

11.1 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ (Não se Aplica)

12.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
01	022.700/2007-2	7025/2010-TCU- 2ª Câmara	9.7	Comunicação	Of. nº 1946/2010 -TCU /SECEX-CE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL					38336
Descrição da deliberação					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Determina que a SMCQ realize análise criteriosa dos Planos de Trabalho e respectivos Projetos Básicos/Executivos constantes dos Convênios em que atue como concedente, de forma a garantir a inclusão de todos os serviços/itens necessários ao regular funcionamento do objeto, e alcance dos objetivos propostos, atendendo para a retirada e/ou inclusão de serviços/itens em caso de aditivção do ajuste firmado; bem como atue preventivamente no acompanhamento e supervisionamento das ações de execução dos objetos avançados e com vistas a garantir o atingimento de seus objetivos e a regular aplicação dos recursos.

Providências adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	38336

Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento

A Secretaria vem adotando providências no sentido de realizar análise criteriosa dos planos de trabalho, projetos básicos/executivos dos convênios celebrados nesta unidade.

Síntese dos resultados obtidos

Não se aplica

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
02	026.099/2008-3	2293/2009-TCU		Comunicação	Of. nº 507/2009 -TCU /SECEX 8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL					38336
Descrição da deliberação					
Para conhecimento cópia do Acórdão nº 2293/209-TCU – Plenário, com o objetivo de avaliar as ações do Governo Federal para mitigação das emissões de gases de efeito estufa para a região de florestas da Amazônia Legal.					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Providências adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento	
Tomado conhecimento	
Síntese dos resultados obtidos	
Não se aplica	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
03	026.099/2008-3	2293/2009-TCU		Comunicação	Ofício nº 1946/2010-TCU - SECEX - CE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL					38336
Descrição da deliberação					
Determina que a SMCQ realize análise criteriosa dos Planos de Trabalho e respectivos Projetos Básicos/Executivos constantes dos Convênios em que atue como concedente, de forma a garantir a inclusão de todos os serviços/itens necessários ao regular funcionamento do objeto, e alcance dos objetivos propostos, atendendo para a retirada e/ou inclusão de serviços/itens em caso de aditivção do ajuste firmado;bem como atue preventivamente no acompanhamento e supervisionamento das ações de execução dos objetos avançados e com vistas a garantir o atingimento de seus objetivos e a regular aplicação dos recursos repassados.					
Providências adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental					38336
Síntese da providência adotada ou justificativa para o seu não cumprimento					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

A Secretaria vem adotando providências no sentido de realizar análise criteriosa dos planos de trabalho, projetos básicos/executivos dos convênios celebrados nesta unidade.

Síntese dos resultados obtidos

Não se aplica

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

12.2 – DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO (Não se Aplica)

12.3 - RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

<i>DOCUMENTO</i>	<i>ORIGEM</i>	<i>DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES</i>	<i>PROVIDÊNCIAS ADOTADAS</i>	<i>DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA</i>
Ofício nº 15318/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	Realização dos trabalhos de Auditoria Anual de Contas	Informa que não houve “Chamamento Público” para as transferências voluntárias realizadas no exercício 2009; Encaminha Quadro de Detalhamento das Transferências Voluntárias efetuadas em 2009.	Memo nº 192/10-SMCQ/GAB ,25/05/2010.
Ofício nº 3606/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR	DPPCE/DP/SFC/CGU- PR	Solicita conclusão e envio até o dia 05/03/2010, da Tomada de Contas Especial do Convênio n ° 074/2001, Siafi nº 430014,celebrado com a Prefeitura Municipal de Iracema/PR.	Informa que a Setorial de Contabilidade do Ministério do Meio Ambiente devolveu o processo para ser encaminhado à área técnica para que a mesma opine sobre a indicação de responsabilidade. Solicita um prazo de 60 dias para a conclusão do assunto.	Ofício nº 40/2010-GAB/SMCQ, de 18/02/2010
Ofício nº 3606/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR	DPPCE/DP/SFC/CGU- PR	Solicita conclusão e envio até o dia 05/03/2010, da Tomada de Contas Especial do Convênio n ° 074/2001, Siafi nº 430014,celebrado com a Prefeitura Municipal de Iracema/PR	Informa que foi feita vistoria no aterro sanitário , em 23/03/2010 , encaminha cópias da Nota Explicativa nº 03/2010-ASOR/GAB/SMCQ e Ofícios 27 e 28/2010- GAB – Prefeitura Municipal de Iracema e informa que o processo foi encaminhado para instauração de Tomada de Contas Especial.	Ofício nº 112/2010-GAB/SMCQ, 11/05/2010
Ofício nº 1013/DPPCE/DP/SFC/CGU-	DPPCE/DP/SFC/CGU-PR	Solicita parecer conclusivo sobre as contas	Encaminha cópia dos	Ofício nº 15/2010-

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

PR		relativas aos recursos transferidos à Prefeitura Municipal de Iracema/RR.	Relatórios de vistoria de 01/12/2005 e 20/08/2008 e informa que a prestação de contas encontra-se em fase de instauração de Tomada de Contas Especial.	GAB/SMCQ, de 22/01/2010.
Ofício nº11843/2010/DIAMB/DI/SFC/ CGU-PR	DIAMB/DI/SFC/ CGU-PR	Encaminha Relatório de Auditoria Preliminar do Projeto PNUD BRA /00/020	Encaminha informações e esclarecimentos sobre os fatos constantes no Relatório de Auditoria Preliminar por meio das Notas Téc. 01/2010, de 22/04/2010 e 02/10- DQAM/SMCQ/MMA, de 26/04/2010	Ofício nº 89/2010- GAB/SMCQ, de 26/04/2010.
Solicitação de Auditoria nº241006/003 – Controladoria-Geral da União - PR	Controladoria-Geral da União - PR	Solicita ao Projeto que se manifeste sobre a morosidade na implantação dos resultados 8.2 e 8.6 do Subprojeto 08; Solicita-se que apresente a relação de Ativos e Equipamentos (Statement of Assets and Equipment) do Projeto, nos termos dos normativos do PNUD.	Encaminha a relação de Ativos e Equipamentos(Statement of Assets and Equipment) do Projeto PNUD BRA /00/020.	Ofício nº 90/2010- GAB/SMCQ, de 27/04/2010 e Ofício nº 54/2010-GAB/SMCQ, de 18/05/2010
Solicitação de Auditoria nº241006/002 – Controladoria-Geral da União - PR	Controladoria-Geral da União - PR	Solicita esclarecimentos e informações referentes a Diárias no exterior, Passagens aéreas realizadas por meio do Projeto PNUD BRA /00/020, Materiais e Equipamentos e Consultoria.	Encaminha esclarecimentos quanto aos itens , Passagens aéreas, materiais e equipamentos, Consultoria, Diárias, Plano de Seguimento das Recomendações e Estrutura Organização e Método e Execução do Projeto.	Ofício nº 56/2010- GAB/SMCQ, de 05/03/2010 e Ofício nº 54/2010-GAB/SMCQ, de 26/02/2010
Aviso nº 744-Seses – TCU - Plenário	Seses – TCU - Plenário	Para ciência do Acórdão nº 1196/2010-TCU que versa sobre a possibilidade de desequilíbrios na		

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

		Segurança Energética do País entre os anos de 2009 e 2016		
Ofício 415 – TCU - SEFID	TCU - SEFID	Encaminha para ciência Acórdão nº 1878/2010 -TCU – Plenário , que trata da auditoria operacional para avaliar a segurança energética do Brasil no que se refere à energia elétrica – prorrogam o prazo do subitem 9.1.4 do Acórdão 1.196/2010- TCU – Plenário , por mais 30 dias.		
Aviso nº 1505-Seses – TCU - Plenário	Seses – TCU - Plenário	Encaminha para conhecimento Acórdão nº 2513/2009- TCU – Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam - relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de verificar em que medida as ações da Administração Pública Federal estão promovendo a adaptação da agropecuária aos cenários de mudanças do clima.		
Memo Circular nº 03/2011/ CGFC/SPOA/SECEX/MMA	CGFC/SPOA/SECEX/MMA	Encaminha cópia do Acórdão 5050/2010 – Segunda Câmara – Tomada de Contas Especial - Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental – GO		
Ofício nº 27227/2010/DIAMB/DI/SFC/CGU/PR	DIAMB/DI/SFC/CGU/PR	Encaminha Nota Técnica nº 1822/2010- DIAMB/DI/SFRelatório de Auditoria nº 241006, Projeto PNUD BRA /00/020. a) Constatação 3.1.1.2 : Baixa execução do Projeto; b) Constatação 3.1.1.3: Morosidade na implantação dos resultados 8.2 e 8.6 do	a)Em relação à recomendação da constatação 3.1.1.2, informa que o Projeto PNUD BRA /00/020, bem com os demais projetos de cooperação técnica internacional multilateral financiados com recursos nacionais, passará por uma Revisão	Ofício nº 96/2010- GAB/SMCQ, de 20/09/2010

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

		Subprojeto 08; c) Constatação 3.1.10.2: Irregularidade em pagamento de diárias e passagens aéreas;	Substantiva, tendo em vista a plena adequação do PRODOC às determinações do TCU, mediante os acórdãos 1.339/2009 e 1.256/2010. Durante o referido trabalho, que deverá ser concluído até dez/2010, contemplar-se-á a recomendação da SFC/CGU-Pr, isto é, promover uma revisão orçamentária para priorizar as atividades mais relevantes. b) Constatação 3.1.1.3 – Nota Informativa nº 16/2010-GSQ/DQAM/SMCQ/MMA, de 20/09/2010.	
--	--	--	---	--

12.4 – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO(Não se Aplica)

13.1 – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal

A Unidade não trabalha com cartões de pagamentos.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

14.1 – DECLARAÇÃO PLENA, COM RESSALVA OU ADVERSA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL - SMCQ			440031/00001
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: Código da UG: 440031 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental - SMCQ a) CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA - Restrição 170; Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	16/02/10
Contador Responsável	JANE MARCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0 - DF

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ): SECRETARIA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL - SMCQ			Código da UG
Apoio Fortalecimento Sist. Licenciamento Ambiental			440076/00001
Setorial do Fundo Nacional de Mudanças do Clima			447001/00001
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASÍLIA/DF	Data	16/02/2011
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0-DF

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

15.1 – CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto:					Código
APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DE GESTÃO E CONTROLE AMBIENTAL					BRA/00/020
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
CONTRATO 1					
Código do Contrato: 2010/000588					
Objetivo da consultoria: Apoiar a SMCQ?MMA na elaboração de diretrizes gerais e de um guia metodológico para orientar a aplicação da AAE no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
23/07/2010	30/11/2010	US\$53.235,64	US\$53.235,64	US\$53.235,64	US\$53.235,64
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor US\$
PRODUTO 1 – Roteiro das Diretrizes para aplicação de AAE que será transformado numa instrução normativa contendo: visão, princípios e modelos: institucionais e processual, âmbito e estratégia de implementação.				30/08/2010	26.617,82
PRODUTO 2 – Arcabouço do Guia Metodológico, contendo objetivo, modelo, simulações, exemplos de aplicação, termos de referência.				30/09/2010	21.294,26
PRODUTO 3 – Versão revisada do Guia Metodológico.				30/11/2010	5.323,56
Consultor contratado					
Nome do consultor: Maria do Rosário Partidário				CPF: PASSAPORTE POR H306917	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato:					

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

16.1 - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

Não houve execução orçamentária e financeira na Unidades Gestora 440076 – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental / Apoio Fortalecimento Sist. Licenciamento Ambiental – SMCQ/BID.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2010

17.1– ANEXOS

17.1.1 – Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO			
SISTEMAS SIASG E SICONV			
Denominação completa(UJ)		Código da UG	
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental -SMCQ		440031	
Declaro que as informações referentes a convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	30/03/2010
Co-Gestor Financeiro	PAULO ROGÉRIO GONÇALVES	Matricula Siape nº	0056478

17.1.2 - Cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/1993 pela UJ, relacionadas à entrega e ao tratamento das Declarações de Bens e Rendas.

DECLARAÇÃO			
DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.			
Denominação completa(UJ)		Código da UG	
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental -SMCQ		440031	
A respeito do cumprimento das obrigações estabelecidas no art.1º da Lei nº 8.730/1993, e de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial MP/CGU nº298, de 06 de setembro de 2007, informa-se que neste MMA todos os servidores alcançados pela referida norma cumpriram com a obrigação em 2010. Para o cumprimento dessa obrigação, no ano de 2010 os servidores foram informados sobre a obrigação e solicitado a apresentação da Declaração Anual de bens e rendas. O controle deste cumprimento é realizado pela Divisão de Cadastro e Lotação de Pessoal da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - DICAL/CGGP/SPOA/SECEX, sendo este documento arquivado nos respectivos assentos funcionais.			
Local	Brasília-DF	Data	30/03/2010
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS			